

SISSA SOUZA LUCHI

**RELIGIÃO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA CNBB SOBRE AS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Mônica Santos de Souza Melo

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

L936r
2019 Luchi, Sissa Souza, 1994-
Religião e política : uma análise do discurso da CNBB
sobre as eleições presidenciais de 2018 / Sissa Souza Luchi. –
Viçosa, MG, 2019.
105f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Mônica Santos de Souza Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 95-97.

1. Análise do discurso. 2. Religião - Aspectos políticos.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras.
Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

CDD 22 ed. 401.41

SISSA SOUZA LUCHI

**RELIGIÃO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA CNBB SOBRE AS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de dezembro de 2019.

Assentimento:



Sissa Souza Luchi

Autor



Mônica Santos de Souza Melo

Orientador

Não lute mais
Descanse
Não dê força para seus inimigos
Vença-os com o perdão
Não cultive a impaciência
Vença-a com a segurança
Não delapide a paz dos outros
Coopere com o silêncio
Não se afaste do seu coração
Una-se a si mesmo
Não dê trelas aos problemas
Vença-os com a luz interior
Não coopere com as críticas
Supere-as com seu desprezo
Não se deixe vitimar
Assuma sua liberdade de escolha
O bem é saber
que o único meio de vencer
É usar a inteligência
com compaixão
Por isso não lute mais
Descanse

Conserto para uma Alma só
Luiz Gasparett

AGRADECIMENTOS

Pouco é o espaço e limitadas são as palavras para tamanha gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus. Aquele que foi a minha luz na escuridão e minha força durante toda essa árdua jornada que é o mestrado. Sem Ele eu não seria nada, muito menos teria chegado até esse momento.

Aos meus pais, que, mesmo diante de todos os percalços da vida, sempre se mantiveram ao meu lado e me apoiaram em todas as minhas decisões. Essa conquista é nossa, muito obrigada por todo empenho, carinho e dedicação. Amo vocês.

À minha orientadora Mônica Santos de Souza Melo, tão querida. Sou grata por cada palavra e cada ensinamento, por toda paciência e cobrança. Sua sabedoria foi mais que essencial para a conclusão desse trabalho, quem me dera um dia ser metade da profissional que enxergo em você.

Aos meus professores da graduação e do mestrado, levo de cada um de vocês uma inspiração diferente. Em especial, gostaria de agradecer: à Ana Maria Ferreira Barcelos, por ser uma luz de empatia em meio ao mundo acadêmico; à Ana Luisa Borba Gediel, por ser um ser humano tão incrível e doce; à Simone Maria Dantas Longhi, por toda dedicação a suas aulas e aos seus alunos; e à Maria Carmen Aires Gomes, por ser um reflexo de garra e força.

Aos professores Cristiane Cataldi, Mariana Ramalho Procópio Xavier e Rennan Lanna Martins Mafra, por prontamente aceitarem fazer parte da banca de defesa dessa dissertação. Muito obrigada por toda cautela na leitura e empenho em criticar os pontos do presente trabalho. Sei que todas as questões levantadas contribuirão para o seu desenvolvimento.

Aos meus padrinhos, Carlos Léo Possatto e Adriana Possatto, pois mesmo de longe sempre torceram pelo meu sucesso e me acalmaram nos momentos de crise.

Ao meu namorado João Alexandre Wyatt, que foi muito importante em diversos momentos da minha trajetória final, sendo peça fundamental para o meu reencontro com a minha fé.

Aos meus queridos amigos do Programa de Pós-Graduação em Letras, que passaram por todos os momentos de luta comigo, formando um grupo que verdadeiramente se gosta e se apoia. Em especial, Robson Evangelista dos Santos Filho (meu grude), Jairo Bruno Gomes de Moura (o mais implicante), Samuel de Sá Ribeiro (o mais dedicado), Marianna Ribeiro da Silva (a mais política) e Roberto Carlos Ribeiro Araújo (a plenitude em pessoa). Vocês foram fundamentais nesse processo e tornaram meus dias muito mais felizes.

A minha irmãzinha, Beatryz Cardoso Mendes, por sempre me oferecer sua casa como abrigo e, eventualmente, até o seu cobertor.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Letras, por terem sido minha morada durante tantos anos.

À cidade de Viçosa, por todo crescimento pessoal e profissional. Eternas saudades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por todo ensinamento, certamente termino mais esse ciclo como uma nova pessoa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Finalmente, meu muito obrigado a cada ser humano e a cada vivência que um dia serviu de aprendizado para a minha evolução. Da vida eu não tenho nada a reclamar, apenas agradecer.

RESUMO

LUCHI, Sissa Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2019. **Religião e política: uma análise do discurso da CNBB sobre as eleições presidenciais de 2018.** Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo.

A religião se apresenta de forma contundente em nossas relações sociais, contribuindo para a propagação de valores morais e éticos dentro da sociedade. Não obstante, mesmo nos meios considerados laicos como a política e o Estado, há relativa influência das instituições religiosas. O discurso religioso funciona como veículo de poder e contribui indiretamente para a transformação da sociedade por meio daquilo que é sagrado (PEREIRA, 2008). Pensando nessa importância e no contundente papel das mídias, no que se refere à alteração das instituições sociais e culturais e dos modos de interação, objetivamos, nesse trabalho, observar como os religiosos representantes da Igreja Católica construíram seu discurso em meio aos tensionamentos produzidos pelo contexto sócio-político em questão, visando à propagação de determinado posicionamento político e doutrinas. Nosso *corpus* é composto de cinco artigos veiculados no site da Conferência Nacional de Bispos do Brasil no período do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, de 15 a 26 de outubro. A definição da CNBB como objeto de pesquisa, em detrimento de outras conferências religiosas, deve-se ao importante papel histórico que ela tem na luta pela mudança da realidade social, pautada em ideais católicos. Pretendemos analisar o discurso organizacional religioso e como ele se relaciona com o momento sócio-político do período em questão. Para tanto, fizemos a descrição da organização argumentativa desses artigos com a finalidade de identificar as estratégias argumentativas utilizadas e os imaginários sociodiscursivos construídos. Recorremos à Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau como aparato teórico-metodológico central. Porém, utilizamos também Orlandi (1987), Maingueneau (2008) e Melo (2016) para discutir sobre o discurso religioso; Charaudeau (2017), Bordieu (1989) e Osakabe (1999) ao contextualizar o discurso político e suas interseções e divergências com o discurso religioso; dentre outros autores igualmente relevantes que foram importantes para o desenvolvimento do trabalho. Percebemos, por meio de nossas análises, que, ao expressarem suas opiniões, os representantes da Igreja Católica deixaram transparecer, ainda que de maneira implícita, o seu posicionamento político em favor do candidato de esquerda, o que dialoga com os preceitos defendidos pela Doutrina Social da Igreja e com o posicionamento da CNBB desde sua criação. Notamos também que os imaginários sociodiscursivos ao longo do discurso

contribuem para uma caracterização da necessidade de haver mudanças no Brasil como um todo, para que sejam superados os muitos desafios que permeiam a sociedade, porém essas só serão alcançadas através de um voto consciente alicerçado em princípios e valores católicos.

Palavras-chave: Religião. Política. Discurso.

ABSTRACT

LUCHI, Sissa Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December 2019. **Religion and Politics: An Analysis of the CNBB Speech on the 2018 Presidential Elections.** Advisor: Mônica Santos de Souza Melo.

Religion presents itself in a strong way in our social relations, actively contributing to the propagation of moral and ethical values within society. Nevertheless, even in secular media such as politics and the state, there is relative influence from religious institutions. Religious discourse acts as a vehicle of power and indirectly contributes to the transformation of society through what is sacred (PEREIRA, 2008). Thinking about this importance and the strong role of the media in the contemporary world, regarding the alteration of the social and cultural institutions and the modes of interaction, we aim, in this work, to observe how the religious representatives of the Catholic Church used the media with the purpose of incite certain political positioning and propagate doctrines. Our corpus is composed of five articles published on the website of the National Conference of Bishops of Brazil during the second round of the 2018 presidential elections, from October 15 to 26. The definition of the CNBB as an object of research, to the detriment of other religious conferences, is based on its constitution as linked, and strongly influenced, by social reality. We intend to analyze the argumentation present in these texts and how they relate to the socio-political moment of the period in question. Therefore, we described the argumentative organization of these articles in order to identify the argumentative strategies used and the discursive imaginary constructed. We use Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Theory as the central theoretical-methodological apparatus. However, we also use Orlandi (1987), Maingueneau (2008) and Melo (2016) to discuss religious discourse; Charaudeau (2017), Bordieu (1989) and Osakabe (1999) in contextualizing political discourse and its intersections and divergences with religious discourse; in other equally relevant authors who were important for the development of the work. We realize from our analyzes that by expressing their views, representatives of the Catholic Church have shown, albeit implicitly, their political stance in favor of the leftist candidate, which is in line with the precepts upheld by the Church's Social Doctrine and with CNBB's positioning since its inception. We also note that the socio-discursive imaginary throughout the speech contribute to a characterization of the need for changes in Brazil as a whole, to overcome the many challenges that permeate society, but these will only be achieved through a conscious vote based on principles and Christian values.

Keywords: Religion. Politics. Speech.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS.....	20
3 METODOLOGIA	21
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
4.1 Teoria Semiolingüística: pressupostos básicos	24
4.2 Os modos de organização do discurso	26
4.3 A Argumentação na perspectiva da Semiolingüística	29
4.3.1 Os modos de raciocínio	31
4.4 A encenação argumentativa	33
4.4.1 Procedimentos semânticos	33
4.4.2 Procedimentos discursivos	34
4.5 Os Imaginários Sociodiscursivos	36
4.6 Religião e Política: da relação entre os domínios e discursos religioso, político e organizacional	37
4.6.1 Religião e Política: algumas considerações.....	37
4.6.2 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).....	39
4.6.3 O Discurso Religioso	41
4.6.4 Discurso Religioso e Discurso Político: interseções e divergências	43
4.6.5 Argumentação nos Discursos Religioso e Político.....	45
4.6.6 O discurso organizacional	47
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	50
5.1. Descrição dos Artigos veiculados no site da CNBB	50
5.2 Análise do Artigo 1: “Nossa Senhora Aparecida e as Eleições”	56
5.2.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 1	60
5.3 Análise do Artigo 2: “Bispos do Regional Norte 3 apresentam carta de orientações para as eleições”	61
5.3.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 2	67
5.4 Análise do Artigo 3: “CNBB divulga nota sobre o segundo turno das eleições 2018”	69
5.4.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 3	72
5.5 Análise do Artigo 4: “Eleições 2018: Dom João Justino reflete sobre o futuro da Educação no país”.....	72
5.5.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 4	75
5.6 Análise do Artigo 5: “Eleições, um passo”	76

5.6.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 5	78
6 ANÁLISE COMPARATIVA	80
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXOS	98

1 INTRODUÇÃO

Existe uma frase do saber popular que diz que “religião e política não se discute”. Nós discordamos em parte dessa afirmação. Obviamente não estamos aqui para afirmar que o candidato X é mais competente do que o candidato Y, muito menos estamos interessados em defender um partido em detrimento de outro. Nosso posicionamento enquanto pesquisadores nos leva, na verdade, a questionar até que ponto os discursos dos dois domínios, religioso e político, se articularam no Brasil durante o processo eleitoral de 2018 num contexto organizacional.

Porém, antes de adentrar de fato na questão levantada, precisamos compreender o contexto sócio-político da época e os fatores que o desencadearam. Desde o período do regime militar, podemos observar movimentos sociais que se opuseram a esse regime e serviram de resistência ao mesmo. Nesse sentido, é válido ressaltar o importante papel tanto das mobilizações estudantis quanto da Igreja Católica Progressista, nas comunidades eclesiais de base (CEBs) e pastorais. Foi então que, já no final do ato institucional nº 5, que vigorou de 1968 a 1979, e foi uma resposta do governo proibindo as manifestações públicas, com o apoio de lideranças da Teologia da Libertação foi organizado o “novo sindicalismo”, “que lutava pela democratização do regime, bem como das relações entre patrões e empregados” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 10).

Análogo a isso, o então metalúrgico Luís Inácio da Silva, durante o período da ditadura militar, engajou-se em atividades do Sindicato dos Metalúrgicos, sendo eleito presidente do mesmo em 1975. Sua carreira política começou de fato quatro anos depois quando esteve à frente da Greve do ABC paulista. Em 1980, Lula, operários e intelectuais fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT) e seis anos mais tarde ele foi eleito deputado federal. Após ter ficado em segundo lugar durante as eleições que aconteceram entre 1989 e 1998, em 2002, foi eleito presidente da república com mais de 61% dos votos no segundo turno, derrotando o candidato do PSDB, José Serra.

Contudo, no final do primeiro mandato de Lula, surgiram denúncias de corrupção na base governista envolvendo alguns partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), o

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Progressista (PP). Esses acontecimentos ficaram conhecidos como “mensalão” e, apesar de terem abalado a confiança do eleitorado no PT, não foram suficientes para impedir a reeleição do presidente.

Em outubro de 2006, Lula foi reeleito, derrotando, também no segundo turno, o candidato do PSDB Geraldo Alckmin, com mais de 60% dos votos válidos. Seu governo foi marcado por uma forte aprovação popular e por um caráter de diminuição das desigualdades sociais e de redução da pobreza. Durante seus mandatos lançou projetos como o “Fome Zero”, destinado a oferecer uma reeducação alimentar aos mais necessitados, e o “Bolsa Família”, que fornece uma ajuda financeira às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Esse último programa já existia durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, porém foi ampliado.

Foi após esse longo período de mandato que, em 2011, o governo de Lula foi sucedido pelo da candidata Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar tal cargo. Conforme evidencia Moura (2019), sua participação política teve início junto com a tomada de poder pelos militares em 1964, durante a qual Dilma integrou organizações combativas ao regime. Condenada por subversão foi presa em São Paulo (SP) entre 1970 e 1972. Anos mais tarde, com o auxílio de seu ex-marido, o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), atuando como assessora da bancada de 1980 a 1985.

O auge da sua trajetória política se iniciou a partir de 2001 quando se filiou ao PT e acompanhou, como membro da equipe de transição, a passagem entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), sendo posteriormente convidada por este a assumir o Ministério de Minas e Energia e, mais tarde, assumiu o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Sobre esse período, Moura (2019) nos relata que

Entre suas ações no Ministério estão a criação de um marco regulatório para as práticas em Minas e Energia, além da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e a criação do Programa Luz para Todos. [...] como Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e assumiu o planejamento e a direção de importantes programas, como o Minha Casa, Minha Vida e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), além de coordenar uma

comissão responsável por regulamentar a exploração das reservas de petróleo do Pré-Sal. (MOURA, 2019, p. 26 – 27)

Seu engajamento político e sua participação fizeram com que, em 2010, ela se candidatasse à Presidência da República, sendo eleita com aproximadamente 56% dos votos no segundo turno. Vale ressaltar que Dilma teve como companheiro de chapa Michel Temer (PMDB), do qual falaremos mais adiante. Sua reeleição se deu em 2014 e em janeiro de 2015, durante a sua posse, a presidente prometeu guerra à corrupção (LOPES, 2018). Porém, não houve a conclusão do mandato devido ao processo de *impeachment* sentenciado em dezembro do mesmo ano.

Para que possamos entender como se deu esse processo precisamos compreender que, desde o início, a reeleição da chapa Dilma-Temer foi conturbada. A eleição presidencial foi decidida no segundo turno de maneira acirrada: os candidatos foram reeleitos com aproximadamente 51,64% dos votos contra 48,36%. Porém, não possuíam uma bancada do Legislativo que lhes favorecesse e “com um Congresso não tão próximo, já era possível perceber que seriam demandadas grandes articulações do governo Dilma” (MOURA, 2019, p.28). Além disso, nesse mesmo período aconteciam as investigações da Operação Lava Jato¹. Tal conjuntura levou a uma grande onda de mobilizações nas ruas que protestava contra a corrupção e algumas dessas, inclusive, já mencionavam o possível *impeachment* de Dilma (LOPES, 2018).

É exatamente nesse momento que Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados, aceita o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff entregue à Câmara dos Deputados pelos juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. E Helio Bicudo (LOPES, 2018), após ter rompido relações com o governo em julho de 2015 devido à denúncias de corrupção. Com relação ao processo de *impeachment* temos que,

Entre as acusações presentes no pedido aceito estavam a omissão de Dilma Rousseff em relação a casos de corrupção na Petrobras, que haviam sido revelados à época, as chamadas “pedaladas fiscais” e seis decretos assinados pela

¹ A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações iniciadas em 2014 pela Polícia Federal do Brasil visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.

Presidente no exercício financeiro de 2015, que estariam em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (MOURA, 2019, p.29).

Frente a tudo isso, foi aprovada em 17 de abril a abertura do processo contra a presidenta, por 367 votos a 137 na Câmara dos Deputados, sendo encaminhado ao Senado. Caberia, portanto, ao Senado, decidir se daria prosseguimento ao *impeachment*, o que aconteceu em 12 de maio, por um placar de 55 a 22 votos. Nesse mesmo dia, Dilma Rousseff foi afastada temporariamente e Michel Temer assumiu o seu posto.

Michel Miguel Elias Temer Lulia (PMDB) acompanhou como candidato a Vice-Presidente o primeiro e o segundo mandato de Dilma Rousseff, porém, após o desenrolar dos acontecimentos supracitados, foi acusado por ela e por seus apoiadores de fazer parte de uma conspiração para retirá-la do poder. Assumiu de forma interina o cargo de Presidente da República em 12 de maio de 2016 e, de maneira definitiva, em agosto do mesmo ano. Durante seu mandato passou a ser chamado de “golpista” por partidários do PT e partidos de esquerda, além de apresentar uma baixa popularidade, segundo pesquisa do Datafolha, em junho de 2018, 82% dos brasileiros entrevistados avaliaram seu governo como ruim ou péssimo². Deixou o cargo apenas em 2019, quando assumiu o então presidente Jair Messias Bolsonaro (PSL).

Com a saída de Dilma e o governo impopular de seu sucessor, Michel Temer, grande parte das esperanças da população foram depositadas nas eleições presidenciais de 2018, momento em que se acreditava ser possível reverter esse quadro desfavorável que vinha tomando conta do cenário político. Essa dualidade formada no eleitorado nos anos anteriores permaneceu latente durante todo o processo eleitoral, tornando-se mais forte durante o segundo turno, no qual observamos uma disputa pelo poder de dois candidatos: o representante do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, e o representante do Partido Social Liberal, Jair Bolsonaro.

Nas palavras de Almeida (2019),

² Fonte: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985723-mais-impopular-desde-collor-temer-fecha-com-reprovacao-em-baixa.shtml>. Acesso em: 03. fev. 2020.

Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a declinar nos anos 2010 pela corrupção e também como consequência de rupturas com o status quo social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade. Isso gerou reações regressivas e de distinção social, sobretudo entre as classes médias, como encontrado em outros países. (ALMEIDA, 2019, p.186)

Essa “onda conservadora”, no Brasil, encontra-se refletida em diversas frentes como, por exemplo, a mobilização política de movimentos de direita, o crescimento da representação parlamentar de orientação pentecostal com preferências mais extremas, o aumento da intolerância de gênero e das manifestações de ódio de classe. A mesma reverbera nas instituições políticas, podendo ocasionar um retrocesso nas conquistas sociais, o que justificaria o posicionamento apresentado por instituições contrárias ao neoliberalismo e defensoras dos direitos dos menos favorecidos, tais como a CNBB, especialmente no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

Nesse contexto, é interessante salientar também que foi determinante para o resultado das eleições não apenas as campanhas dos candidatos e de seus correligionários pelos meios convencionais (horário político, debates, etc.), mas as manifestações publicadas nas redes sociais pelos candidatos e por pessoas vinculadas ao mundo político, como também de instituições, de cidadãos, de celebridades e de autoridades vinculadas a várias áreas. Nas palavras de Almeida (2019),

A campanha de 2014 foi a primeira a adotar a tecnologia, mas foi em 2016 que ela começou a ser utilizada pelos políticos, tanto em eleições como para manter a comunicação com apoiadores e parcelas da população durante os mandatos. Porém, em 2018, a plataforma teve papel decisivo na construção da (i)legitimidade dos candidatos. (ALMEIDA, 2019, p.6)

Esse instrumento tecnológico serviu para possibilitar uma maior visibilidade em torno do processo eleitoral, promover candidatos, atingir a credibilidade dos mesmos e aumentar os seus índices de rejeição, bem como para promover a circulação de informações, verdadeiras ou não. É exatamente o cenário supracitado que escolhemos investigar, por meio da análise de cinco artigos publicados na página da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que ofereceram direcionamentos aos católicos durante o período do segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Essa opção se justifica pelo fato de termos observado um forte envolvimento das instituições religiosas, dentre elas a CNBB, durante o período da campanha eleitoral, posicionamento esse que

ultrapassava o direcionamento de ordem espiritual, mas que incluía direcionamentos de natureza política.

A definição da CNBB como objeto de pesquisa, em detrimento de outras organizações religiosas, é pautada pela constituição da mesma como ligada e fortemente influenciada pela realidade social. Tomando como base o texto de Coelho (2006), temos que

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 1952, fruto do empenho de D. Helder Câmara (seu maior promotor e primeiro secretário geral) e da experiência nacional de atuação organizada da Ação Católica. A importância de sua fundação na realidade social brasileira somente pode ser compreendida neste contexto geral da Igreja no Brasil e das complexas transformações apontadas no século XX. (COELHO, 2006, p.32)

Buscava-se organizar o episcopado brasileiro com a finalidade de promover uma ação mais unificada e mais assertiva na sociedade atual, muito mais complexa e dinâmica. Há um interesse não só por temas pastorais básicos, mas por aqueles de interesse nacional. Reflexo disso é o posicionamento da CNBB em 1970 contra a tortura, mesmo sob forte pressão do regime militar.

Nesse sentido, precisamos observar que a religião, cuja doutrina é materializada e divulgada pelas Igrejas, se apresenta de forma contundente em nossas relações sociais, contribuindo de forma ativa para a propagação de valores morais e éticos, ancorados nos princípios religiosos, dentro da sociedade. Não obstante, mesmo nos meios considerados laicos como a política e o Estado, há relativa influência das instituições religiosas. O discurso religioso funciona como veículo de poder e contribui indiretamente para a transformação da sociedade por meio daquilo que é sagrado (PEREIRA, 2008).

Verificamos a ação pastoral das igrejas cristãs, especialmente a católica, no Brasil ao longo da história. A CNBB, através de suas decisões, contribuiu seja para uma efetiva mudança, seja para o exercício de uma pressão política em diversos momentos, como alude Coelho (2006):

Podemos destacar, a título de ilustração, a resistência às torturas, a participação na campanha pelas diretas, os comitês populares pela constituinte, os plebiscitos sobre a dívida externa e a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, a

aprovação da lei 9840/99 contra a corrupção eleitoral e diversas outras campanhas de significado mais imediato e localizado. (COELHO, 2006, p. 48)

Essa influência das igrejas sobre a população no contexto latino-americano foi potencializada pelo fenômeno de mediação do discurso religioso. Para pensar sobre essa questão, precisamos entender a mídia como algo que não pode ser considerado como separado da cultura e da sociedade. Vivemos em uma sociedade na qual as instituições sociais e os processos culturais sofreram e sofrem mudanças em virtude da onipresença da mídia (BRAGA, 2019).

Assim sendo, “a mediação se refere a um processo mais a longo prazo, segundo o qual as instituições sociais e culturais e os modos de interação são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação.” (HJARVARD, 2012, p. 66). Estamos falando, portanto, de um processo que se caracteriza por sua dualidade. Os meios de comunicação são integrados e influenciam as instituições sociais e, paulatinamente, adquirem o status de instituições sociais em pleno direito.

Ao compreendermos esse processo de aquisição de um *status* de instituição independente por parte da mídia, podemos entender a importância de um estudo mais contundente das relações que ocorrem em seu meio e, ao mesmo tempo, observar a profunda intervenção que essa organização promove em meios como a família, a política, a religião, etc.

Assim sendo, é importante tomar como objeto de estudo a influência da mídia sobre as instituições e práticas religiosas. Cabe à Igreja adaptar-se a essa nova realidade buscando formas alternativas de propagação de valores e de doutrinação, visando também à captação de novos fiéis. Para Hjarvard (2008), a mediação leva a uma transformação multidimensional da religião, que afeta não só as práticas e relações sociais religiosas, mas também a visão da crença nas sociedades modernas. Segundo Gomes (2004), esse fenômeno faz com que o espaço de atuação das Igrejas transpasse os templos e alcance novas perspectivas, diferentes das tradicionais.

Esse processo é conhecido como a “*mediação do discurso religioso*” e, de acordo com Peixoto *et al.* (2008, p. 4), é através dele que as religiões se fazem “cada vez

mais presentes na organização das interações sociais contemporâneas, seja de indivíduos ou instituições, promovendo a divulgação de ideias e a defesa de um ponto de vista”.

Reconhecemos a importância da religião para os processos econômicos, políticos e até mesmo culturais de uma sociedade, mais especificamente da

[...] práxis religiosa cristã, enquanto ação pastoral – ou de forma mais precisa, enquanto discurso pastoral que propõe, implícita ou explicitamente, uma crítica à ordem mundial e uma proposta de sociedade a construir (COELHO, 2006, p.11)

Tendo em vista essas colocações, resolvemos, no presente estudo, analisar cinco artigos publicados no site oficial da CNBB com o intuito de orientar os fiéis durante o período eleitoral de 2018. A página existe desde 2017 e suas publicações ocorrem diariamente. Além disso, esse mesmo conteúdo é compartilhado através das demais redes sociais da CNBB (Facebook, Twitter, Instagram e Youtube), apresentando um número expressivo de seguidores e alcançado uma projeção maior de público.

Nos artigos tomados como objeto de estudo, são enfocados temas diversos, dentre eles questões educacionais e sociais, mas, de maneira geral, eles orientam como deve ser o posicionamento daquele que se considera cristão em relação ao processo eleitoral. Todos os dados coletados correspondem a discursos produzidos no segundo turno das eleições, isto é, no período que vai de 15 a 26 de outubro de 2018.

Assim, nossa proposta é analisar as representações em torno do cenário político e social brasileiro em alguns artigos publicados pela CNBB em seu site oficial. Além disso, verificaremos as estratégias argumentativas utilizadas no discurso organizacional religioso da CNBB para instruir certo direcionamento político ao público que tenha acesso às publicações. Nossa grande questão no presente estudo está relacionada à maneira como a CNBB produz a articulação entre os domínios religioso e político, durante o processo eleitoral de 2018. Trata-se de uma discussão das relações entre Igreja e Política/Poder/Estado, permeada por um discurso organizacional religioso. Assim sendo, no próximo tópico descreveremos quais foram os nossos objetivos.

2 OBJETIVOS

Tendo em vista as informações apresentadas, revelamos os objetivos da nossa pesquisa. Como objetivo geral, nos propomos a descrever e analisar como se articulou o discurso organizacional religioso veiculado no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por meio de cinco artigos produzidos durante o período do segundo turno das eleições para Presidente da República de 2018.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- i. descrever a organização argumentativa utilizada nos artigos;
- ii. identificar as principais teses defendidas no que se refere ao posicionamento político da CNBB;
- iii. descrever os imaginários sociodiscursivos que permearam os discursos;
- iv. analisar como ocorreu a relação entre o discurso organizacional religioso e o discurso político nos artigos.

No próximo tópico iremos descrever os procedimentos metodológicos adotados.

3 METODOLOGIA

Resta-nos, nesse momento introdutório, apresentar as escolhas metodológicas que nortearam nossa pesquisa. Recorremos a uma metodologia qualitativa e empírico-dedutiva, sendo que nossa principal base teórica para a construção do presente trabalho foi a Análise do Discurso, mais especificamente, a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Segundo Charaudeau (2013, p. 27), esse tipo de pesquisa “vai desde a observação dos fenômenos sociais, de acordo com alguns métodos de coleta de dados, até a descrição de um objeto construído em categorias interpretativas em função de um instrumento metodológico”.

Desta forma, o pesquisador analisa a relação entre os comportamentos languageiros e as condições do contrato ao decompor a substância semiológica, visando assim o reconhecimento das condições psicossociais que regulam aquela situação de comunicação. Para o autor, o discurso é um produto do contexto em que está inserido, ou seja, varia de acordo com sua situação de produção, embora não só a partir dela. Apesar de se submeter a restrições contratuais, durante a criação do seu discurso, o locutor poderá fazer uso de diversas estratégias discursivas, objetivando produzir determinados efeitos sobre o seu interlocutor para levá-lo a uma certa conclusão ou a realizar determinada ação.

O método de pesquisa escolhido se estrutura nas etapas de descrição e interpretação dos dados. Portanto, em um primeiro momento, nos debruçamos sobre um trabalho de descrição do *corpus* tendo em vista os pressupostos teóricos da Semiolinguística. Por fim, por meio da análise interpretativa, procuramos identificar os imaginários que envolvem tanto o discurso religioso quanto o discurso político.

Nosso *corpus* é composto por cinco artigos que foram publicados na página oficial da CNBB³ entre os dias 15 e 26 de outubro de 2018. Embora existam outras publicações que façam menção de alguma forma ao período eleitoral, optamos por analisar apenas aquelas que correspondiam ao segundo turno das eleições. Tal recorte se justifica dada a maior relevância desse período, no qual vislumbramos uma disputa pelo cargo entre os representantes Fernando Haddad, do PT, e Jair Bolsonaro, do PSL.

No quadro abaixo, representamos os artigos que serão analisados descrevendo seus títulos e suas datas de publicação.

Título do artigo	Autor(es)	Data de publicação	Link de acesso
Nossa Senhora Aparecida e as Eleições	Dom Gil Antônio Moreira (Arcebispo de Juiz Fora - MG)	15/10/2018	http://www.cnbb.org.br/nossa-senhora-aparecida-e-as-eleicoes/
Bispos do Regional Norte 3 apresentam carta de orientações para as eleições	Dom Pedro Brito Guimarães (Arcebispo de Palmas - TO), Dom Giovane Pereira de Melo (Bispo de Tocantinópolis – TO) e Dom Philip Dickmans (Bispo de Miraceman do Tocantins – TO)	23/10/2018	http://www.cnbb.org.br/bispos-do-regional-norte-3-apresentam-carta-de-orientacoes-para-as-eleicoes/
CNBB divulga nota sobre o segundo turno das eleições 2018	Dom Murilo Krieger (Arcebispo de São Salvador - DF), Dom Guilherme Antônio Werlang (Bispo de Lajes – DF) e Dom Leonardo Steiner	24/10/2018	http://www.cnbb.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-o-segundo-turno-das-eleicoes-2018/

³Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/>. Acesso em: 07. fev. 2019.

	(Bispo Auxiliar de Brasília – DF)		
Eleições 2018: Dom João Justino reflete sobre o futuro da Educação no país	Dom João Justino Silva (Arcebispo Coadjutor de Montes Claros - MG)	26/10/2018	http://www.cnbb.org.br/presidente-da-comissao-de-cultura-e-educacao-faz-analise-do-que-propoe-os-candidatos-no-campo-da-educacao/
Eleições, um passo	Dom Walmor de Azevedo (Arcebispo de Belo Horizonte – MG)	26/10/2018	http://www.cnbb.org.br/eleicoes-um-passo/

Quadro 1 - Artigos publicados na página da CNBB.

Conforme podemos inferir a partir da tabela, essas publicações possibilitam observar o posicionamento da CNBB sobre as eleições no Brasil. A organização discursiva será analisada mediante os discursos apresentados nos cinco artigos seguindo as seguintes estratégias de ação:

- i. coleta do *corpus* escolhido para o nosso trabalho;
- ii. descrição das estratégias argumentativas utilizadas;
- iii. interpretação dos imaginários sociodiscursivos que permearam o discurso;
- iv. análise do discurso de cunho político que se fez presente em meio ao discurso religioso de orientação ao fiel.

Para apresentar a nossa pesquisa, optamos por organizá-la em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos a definição do discurso religioso e uma breve discussão sobre as relações entre religião e política e a argumentação nesses domínios. No segundo, o nosso referencial teórico é pontuado. O terceiro capítulo trará a descrição e análise de nossos dados e a apresentação dos imaginários sociodiscursivos encontrados. E, por fim, no quarto, haverá a exposição de uma análise comparativa dos resultados encontrados nos cinco artigos.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Teoria Semiollingística: pressupostos básicos

Ao pensarmos no termo *Análise do Discurso*, somos levados a diversas possibilidades teóricas e metodológicas que possuem em comum a finalidade de “ver como se estruturam as trocas sociais através da linguagem, e, assim, como se organizam as relações sociais e se instauram os vínculos sociais” (CHARAUDEAU, 2010, p.3). No que se refere à Teoria Semiollingística, nossa principal base teórico-metodológica, o discurso apresenta um papel de lugar de significação, dentro do qual pode estar envolvida uma multiplicidade de códigos semiollingísticos. Nele, um sujeito intencional age por meio da linguagem a partir de um processo de semiotização do mundo, através do qual lhe confere sentido, transformando um “mundo a significar” em um “mundo significado”.

Portanto, no ato enunciativo, as palavras e os enunciados deixam de significar por eles mesmos, já que fazem parte de um jogo de expectativas que engloba a situação de comunicação e os sujeitos ali envolvidos. Para Charaudeau (2010), o ato de linguagem se insere dentro de um ato geral de comunicação previamente concebido por um sujeito comunicante. O discurso é então organizado mediante o contexto e a situação em que está inserido.

A Teoria Semiollingística trata o ato de linguagem como uma espécie de “encenação”, a qual possui não um, mas vários protagonistas (EUc, EUe, TUd, TUi) responsáveis pela criação de um ato inter-enunciativo. É exatamente a construção dialética entre o processo de produção e o processo de interpretação que destaca a importância das circunstâncias do discurso para a produção dos sentidos e também para a formação da imagem dos sujeitos nele envolvidos. Vejamos a seguir o quadro proposto pelo autor.



Figura 1 - Situação de comunicação. (Charaudeau, 2010, p.77).

Assim sendo, temos, no ato de linguagem, duas instâncias: a instância situacional, o *fazer*, na qual estão inseridos os responsáveis por esse ato (O Eu comunicante e o Tu interpretante); e a instância discursiva, o *dizer*, onde se encontram o Eu enunciador e o Tu destinatário. A relação entre os sujeitos envolvidos na situação de comunicação estabelece uma *expectativa de significação*, que se desenvolverá a partir de *efeitos visados* (do locutor para o interlocutor) e *efeitos produzidos* (por parte do interlocutor). Sobre isso fica clara para nós a autonomia e o papel do TUi no processo de construção de sentido, já que também é responsável por ele.

Essa *relação contratual* liga esses parceiros (EUc e TUi) e faz com que eles se reconheçam dentro da situação de comunicação. Além disso, é através dela que eles atribuem papéis ao EUc e ao TUD por meio de componentes comunicacionais, situacionais e intencionais. Porém, existem algumas estratégias de individualização que podem ser utilizadas pelo sujeito em seu discurso: as estratégias de legitimação, de credibilidade e de captação.

A estratégia de legitimação é mobilizada quando, como o próprio nome já sugere, o sujeito acredita que não está efetivamente legitimado aos olhos de seu interlocutor, fazendo

uso de determinadas ferramentas para reverter esse quadro e construir uma determinada imagem de si. Já a estratégia de credibilidade, que está relacionada basicamente ao *ethos*⁴ e ao *logos*, tem a finalidade de fazer com que o sujeito locutor tenha o seu discurso acreditado pelo seu público alvo. Portanto, ele utiliza argumentos racionalizantes. E, por fim, a estratégia de captação, da ordem do *pathos*, salienta a posição de não autoridade do Euc perante o seu interlocutor, fazendo com que ele tenha que mobilizar diversos recursos discursivos para chamar sua atenção, principalmente argumentos ligados à emoção.

Nesse sentido, enquanto os dados externos ultrapassam o campo puramente linguageiro e estão relacionados a condições tanto físicas quando intencionais (visadas discursivas), os dados internos “são o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, apreendidos, reconhecidos” (CHARAUDEAU, 2006, p.70). Porém, esse reconhecimento não acontece de maneira totalmente particular. Dentro de uma mesma cultura existem *comunidades discursivas*, isto é, os indivíduos que a ela pertencem possuem uma memória discursiva e são capazes de reconhecer contextos particulares e construir *saberes de conhecimento e de crença* sobre o mundo (CHARAUDEAU, 1997).

Essas condições a que estão submetidos os sujeitos de uma determinada comunidade criam uma série de restrições que irão guiar a construção do discurso, mas também possibilitam certa individualização, que irá caracterizar as diferenças entre os discursos de um mesmo domínio. Notamos, assim, um reflexo da abordagem psico-socio-lingueira do sentido, levando em conta tanto os aspectos formais, quanto os aspectos sociais, situacionais e psico-sociais da construção do discurso.

4.2 Os modos de organização do discurso

Dentro dessa perspectiva, na situação comunicativa, o sujeito tem a possibilidade de efetuar determinadas manobras em seu discurso. Afinal, quando nos comunicamos sempre buscamos atingir nosso parceiro de determinada forma, seja para que ele aja de acordo com

⁴O *ethos* é entendido pelos analistas do discurso como a imagem construída pelo locutor através de seu discurso com o intuito de que o interlocutor compartilhe dessa visão.

o que queremos, para que ele seja afetado emocionalmente ou, até mesmo, para que seu pensamento seja orientado segundo nossa concepção (CHARAUDEAU, 2005).

Assim sendo, ao falarmos, ordenamos determinadas categorias de língua a depender de nossas finalidades discursivas. Nas palavras do autor, “o locutor, mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela situação de comunicação, utiliza categorias de língua ordenadas nos Modos de Organização do discurso para produzir sentido [...]” (CHARAUDEAU, 2010, p. 25).

Temos então, a partir de uma perspectiva semiolinguística de análise, quatro Modos de organização do discurso: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo. Eles irão configurar o texto produzindo sentidos através da utilização das categorias de língua que cada um apresenta, a depender da situação comunicativa em que o locutor se encontra.

O primeiro modo que destacaremos é o Enunciativo. Nele estão inscritos os protagonistas do ato comunicativo, seres de fala, e é por meio dele que inferimos como os sujeitos agem dentro da encenação comunicativa. A organização das categorias da língua no Modo de Organização Enunciativo permite que percebamos a posição que o sujeito falante ocupa em relação ao seu interlocutor, ao que ele diz e ao que o outro diz. Exatamente por isso apresenta três componentes: Alocutivo, Delocutivo e Elocutivo.

Com base no comportamento Alocutivo, conseguimos estabelecer a relação de influência que se dá entre locutor e interlocutor, através de um ponto de vista acional, isto é, quando há uma implicação por parte daquele sobre esse. O enunciador estabelece, então, papéis lingüísticos para si mesmo e para seu destinatário, pautados numa relação em que ora ele assume uma posição de superioridade, ora de inferioridade.

Já o comportamento Elocutivo é aquele pelo qual o sujeito enuncia seu ponto de vista, modalizando a verdade de maneira subjetiva sem que o interlocutor esteja implicado. O ponto de vista pode ser de cinco tipos: de avaliação, de engajamento, de motivação, de saber e de decisão.

Por último, é no comportamento Delocutivo que há um apagamento da presença do sujeito falante, resultando em uma enunciação que aparentemente é objetiva. Nesse caso, os discursos do mundo são tomados como independentes, não pertencentes a esse enunciador. Sendo assim, existem duas possibilidades: ou o propósito é um fenômeno que apresenta existência independente, ou é um discurso já produzido por outrem.

O Modo de Organização Descritivo, comumente confundido com o narrativo pela usual coocorrência em relatos, identifica e qualifica os seres. Seus componentes são: nomear, localizar-situar e qualificar. Ao nomear, reconhecemos o ser como diferente, mas ao mesmo tempo o enquadramos dentro de uma semelhança, fazendo com que exista enquanto ser significativo e classificando-o no mundo. O ato de localizar/situar vem para configurá-lo numa posição espaço-temporal, o que acaba por atribuir características a ele. A qualificação afunila ainda mais a classificação desse ser, atribuindo a ele um sentido particular a partir de uma visão do sujeito falante, sendo, portanto, um importante indício de subjetividade.

Contudo, a identificação e a qualificação desses seres no mundo dependem não só das próprias visões do sujeito comunicante, mas também dos códigos sociais aos quais ele está inscrito, afinal “o sujeito é sobredeterminado pelas características culturais do grupo social (ou civilizacional) ao qual pertence” (CHARAUDEAU, 2008, p. 113).

No que se refere ao Modo de Organização Narrativo, Charaudeau (2008) assinala que não se trata de apresentar uma sequência de fatos em ordem cronológica, mas da necessidade da presença de alguns elementos específicos que irão compô-lo: um narrador, que possui uma intencionalidade em seu discurso, um sujeito, alvo desse discurso, e um contexto (histórico, psicológico e social), no qual essa narrativa estará inserida. Nele, portanto, o mundo vai sendo arquitetado a partir do desenvolvimento das ações no e pelo discurso, que se influenciam e se transformam dentro de um encadeamento progressivo. Nesse caso, o narrador se faz presente como testemunha daquilo que conta, transformando os seres sobre os quais age.

Ao tratarmos o Modo de Organização Argumentativo não devemos pensar somente nas proposições lógicas ou na justaposição de fatos, mas naquilo que está implícito no

discurso. Para Charaudeau (2008), a argumentação é direcionada a um interlocutor que será levado a raciocinar a partir dela, e visa demonstrar e defender uma proposta, com o intuito de fazer com que o interlocutor compartilhe da mesma verdade, tendo em mente que essa argumentação pode ser aceita ou não.

Trata-se de uma atividade discursiva na qual o sujeito argumentante busca alcançar um ideal de verdade para explicar os fatos do universo que o rodeiam e, ao mesmo tempo, tenta estabelecer uma relação de influência com o seu sujeito alvo. Vale ressaltar que os fenômenos do mundo serão percebidos por meio de uma experiência individual e social do indivíduo e, pelo discurso, ele tentará fazer com que seu interlocutor compartilhe dessa visão de mundo através de processos lógicos ou por meios de sedução.

Concluimos que, por meio da descrição de tais modos de organização do discurso, podemos fazer uma análise mais minuciosa da organização discursiva empreendida pelos sujeitos envolvidos no contrato comunicativo de acordo com a sua finalidade comunicativa: enunciar, descrever, contar e argumentar. Ressaltamos ainda que aqui foram destacadas apenas as características gerais de cada um dos modos, cabendo um detalhamento no momento da análise dos textos.

Posto isso, abordaremos a Argumentação, no próximo tópico, a partir da perspectiva discursiva de Charaudeau (2010).

4.3 A Argumentação na perspectiva da Semiologia

Data da Antiguidade o início do interesse pelo estudo da argumentação. Para Charaudeau (2010, p. 202), o “estudo da argumentação tem por função orientar a sequência do discurso e, portanto, representar uma maneira de agir sobre o outro (interlocutor ou destinatário)”. Temos que encarar o sentido da argumentação não apenas a partir do que se encontra explícito, mas também do implícito.

Dentro de uma perspectiva semiológica, observemos a figura a seguir para melhor entendermos como ocorre a argumentação dentro do discurso:

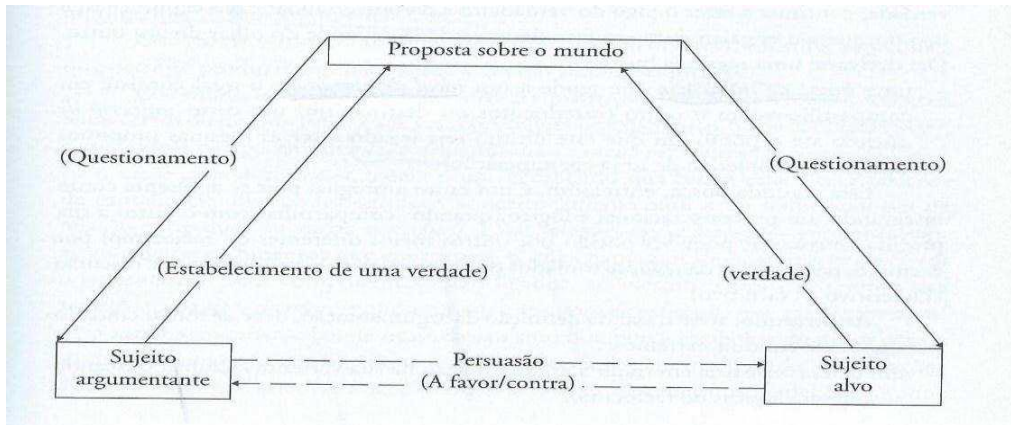


Figura 2 - O Contrato de Comunicação. (Charaudeau, 2010, p.205)

A partir dele, podemos perceber que para Charaudeau há três elementos essenciais na encenação argumentativa: o sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito alvo. O sujeito argumentante fará uma proposição sobre o mundo, um estabelecimento de uma verdade, que provocará um questionamento em alguém quanto à legitimidade da mesma, estabelecendo assim uma relação entre esses sujeitos.

A argumentação é encarada como uma atividade discursiva que apresenta uma dupla busca por parte do sujeito argumentante: uma busca por *racionalidade* e uma busca por *influência*. A primeira delas está relacionada com a construção de um ideal de verdade baseado nas experiências tanto pessoais quanto sociais do sujeito. Já a segunda, tende a um ideal de persuasão (CHARAUDEAU, 2010). Como podemos notar a partir disso, a argumentação é desenvolvida por meio de procedimentos lógicos e racionais, mas também envolve estratégias de sedução e de persuasão.

Os componentes básicos da lógica argumentativa propostos pelo autor são: a asserção de partida (A1), a asserção de chegada (A2) e a asserção de passagem. Como o próprio nome já indica, A1 representa um dado de partida, uma fala sobre o mundo, destinada a “fazer admitir outra asserção em relação à qual ela se justifica”. A2, por sua vez, irá representar uma relação de causalidade, isto é, a conclusão da relação argumentativa e sua legitimidade. Por fim, é o argumento, a prova de validade da relação entre A1 e A2, “frequentemente não dita, implícita” (CHARAUDEAU, 2010, p. 209). A esses componentes básicos ainda podemos adicionar outros como, por exemplo, os *modos*

de raciocínio, que a partir de uma *razão demonstrativa* organizam a lógica argumentativa. A seguir os descreveremos de maneira sucinta.

4.3.1 Os modos de raciocínio

4.3.1.1 A dedução

Tal modo de raciocínio apresenta A2 como conclusão, resultado, efeito da tomada em consideração em A1. Sendo assim, A1 é a causa, a origem e A2 a consequência. Podendo-se manifestar de inúmeras formas, essa dedução pode ser: por *silogismo*, *pragmática*, por *cálculo* ou *condicional*.

A *dedução por silogismo* se estabelece através de um vínculo modal de *necessidade*. Apresenta um escopo de *generalização* e se baseia no modo de encadeamento *consequência implicativa*, com asserções que se encontram numa relação de sentido de *Equivalência*. A *dedução pragmática* tem como seu modo de encadeamento *Consequência explicativa* e *Conjunção*, com asserções da ordem do *Narrativo* e apresenta a dedução por meio de *particularizações* e o eixo modal é do *Necessário*. Já a *dedução por cálculo* se baseia no modo de encadeamento *Consequência implicativa*, com asserções da ordem da *Qualificação*, da *Narração* ou da *Posse* e seu escopo e vínculo modal são, consecutivamente, de *Hipótese* e do eixo do *Possível*. Por fim, na *dedução condicional*, temos os modos de encadeamento *Consequência* e *Conjunção*, com as asserções da ordem do *narrativo*, do *qualificativo* ou da *posse* seu escopo é de *Hipótese* e seu vínculo modal pode pertencer ao eixo do *Possível* ou do *Necessário*.

4.3.1.2 A explicação

De acordo com Charaudeau (2010), assim como no modo de raciocínio anterior, a *explicação* se baseia em A1 para chegar a uma consequência em A2, porém dessa vez a consequência corresponde à primeira, enquanto a causa à segunda. Em outras palavras, “A1 e A2 encontram-se numa relação de causalidade que é orientada da consequência para a causa” (*ibidem*, 2010, p. 215).

Pode-se dividir a explicação em quatro tipos: a *explicação por silogismo*, a *explicação pragmática*, a *explicação por cálculo* e a *explicação hipotética*. A primeira

delas, *explicação por silogismo*, define-se da mesma forma que a *dedução por silogismo*, exceto pelo fato de que seu modo de encadeamento é *causal*. Da mesma forma, a *explicação pragmática* vai ao encontro da *dedução pragmática*, com exceção do modo de encadeamento, que é causal. A *explicação por cálculo* e a *dedução por cálculo* também se assemelham, no entanto, naquela o modo de encadeamento é causal. Por fim, de maneira oposta às anteriores, a *explicação hipotética* não é simétrica à dedução, salvo o raciocínio por *hipótese* que coloca a causa como objeto de uma suposição.

4.3.1.3 A associação

Por meio da associação coloca-se A1 e A2 numa relação de *contrário* ou de *identidade*, podendo-se utilizar a *Conjunção*, a *Causa* ou a *Consequência*. Entre seus modos de raciocínio temos: a *associação dos contrários* e a *associação do idêntico*.

A *associação dos contrários* assemelha-se muito ao paradoxo e é comumente utilizada em textos cuja finalidade é mais a sedução do que a persuasão, uma vez que não deve ser utilizada como procedimento de argumentação, já que não atende ao *princípio da não contradição*. Da mesma maneira, a *associação do idêntico* deve ser eliminada em virtude da sua redundância, sendo frequentemente chamada de *tautologia*.

4.3.1.4 A escolha alternativa

A escolha alternativa pretende evitar o raciocínio paradoxal, colocando em oposição duas relações argumentativas, possibilitando uma escolha entre as duas, ou mostrando a incompatibilidade que resultaria da tentativa de uni-las. Trata-se de um raciocínio *dedutivo* e *explicativo*.

4.3.1.5 A concessão restritiva

Novamente temos um modo de raciocínio *dedutivo*, porém dessa vez é aceita a asserção de partida (A1) com o adendo de que ela não pode levar à conclusão proposta ou subentendida. Essa conclusão é, portanto, negada ou modificada, retificando a relação argumentativa. Vale ressaltar que a *concessão restritiva* é utilizada muitas vezes como uma forma de negar de maneira mais suave.

4.4 A encenação argumentativa

Dando sequência à descrição dos procedimentos envolvidos no processo de argumentação, ressaltamos que não é apenas a partir da lógica que a argumentação se consolida. Existe também uma *razão persuasiva* que se une à *razão demonstrativa*. Aquela depende de diversos elementos como o sujeito que argumenta, a situação de comunicação e o próprio contrato de comunicação.

De acordo com Charaudeau (2010, p. 221), “toda asserção pode ser argumentativa desde que se inscreva num dispositivo argumentativo”. Portanto, é necessário definir esse dispositivo e mostrar seu funcionamento. Encontrando-se dentro de um contrato de fala, que liga os parceiros da comunicação, o sujeito falante é obrigado a tomar uma posição em relação ao quadro e ao desenvolvimento da argumentação e, com a finalidade de atingir seu objetivo de persuasão, ele irá se apropriar de procedimentos, tais como: *semânticos*, *discursivos* e de *composição*. Faremos a seguir uma breve exposição sobre cada um deles.

4.4.1 Procedimentos semânticos

Segundo a visão da Teoria Semiológica, os membros de um mesmo grupo sócio-cultural compartilham determinados *valores* em determinados *domínios de avaliação*, o que possibilita a utilização de argumentos que se fundamentam num *consenso social*, construindo procedimentos semânticos.

Os domínios de avaliação são cinco, os quais descreveremos sucintamente. O *domínio da Verdade* leva em consideração a existência dos seres, sua originalidade, autenticidade e unicidade, categorizando-os em uma relação de verdadeiro ou falso. O *domínio do Estético* define os seres em termos de belo ou feio. O *domínio do Ético* relaciona-se a uma *moral externa* ou *interna*, definindo os comportamentos humanos em termos de *bem* ou *mal*. O *domínio do Hedônico* leva em consideração as ações humanas e os sentidos atribuídos a elas, definindo-as em termos de *agradável* e *desagradável*. Por fim, o *domínio do Pragmático* corresponde àquilo que é considerado *útil* ou *inútil* em função das necessidades racionais dos sujeitos agentes, ou seja, através de um *cálculo*.

4.4.2 Procedimentos discursivos

Os procedimentos discursivos são essenciais para a análise de um texto, pois a partir dele são utilizadas, de maneira sistemática ou ocasional, determinadas “categorias da língua ou os procedimentos de outros Modos de organização do discurso, para, no âmbito de uma argumentação, produzir certos efeitos de persuasão” (CHARAUDEAU, 2010, p. 236).

Dentre eles, destacaremos e abordaremos a seguir os principais. São eles: a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa, a reiteração e o questionamento.

No âmbito de uma argumentação, a definição atende ao propósito de produzir um *efeito de evidência e de saber* para o sujeito argumentante. Quer seja a *definição de um ser* ou a definição de um *comportamento*, trata-se de “descrever os traços semânticos que caracterizam uma palavra, num certo tipo de contexto” (CHARAUDEAU, 2010, p. 236). Temos, portanto, uma atividade de linguagem que pertence à categoria da *Qualificação* e ao modo de organização *Descritivo*.

A comparação, por sua vez, produz um efeito pedagógico quando é objetiva, sendo utilizada para reforçar a prova de uma conclusão ou de um julgamento. Ela pode ainda “incidir sobre uma *semelhança* ou uma *dessemelhança* e pode ser *objetiva* ou *subjetiva*” (CHARAUDEAU, 2010, p.237).

Ao focalizar em uma semelhança, a comparação evidencia uma igualdade, uma proporcionalidade ou uma extensão, enquanto a comparação por dessemelhança representa o caminho oposto, trazendo à luz uma desigualdade, uma desproporcionalidade e uma não extensão. Caso essa comparação seja realizada mediante uma comparação palpável ou verificável, ela será objetiva. Já a comparação subjetiva se dá através de uma analogia que pretende produzir uma evidência.

Segundo o estudioso, a comparação participa igualmente de duas categorias da língua: a *Qualificação* e a *Quantificação*. Daquela, pois para que sejam comparadas as propriedades são usualmente focalizadas e dessa porque podem ser comparadas quantidades ou propriedades de maneira gradual.

O procedimento de descrição narrativa desenvolve um raciocínio por analogia. Assemelhando-se à comparação, ele descreve um fato ou conta uma história com a finalidade de reforçar uma prova ou produzi-la, criando um *efeito de exemplificação*.

Segundo Charaudeau (2010), o procedimento de citação produz na argumentação um efeito de autenticidade à medida que consiste em referir-se, o mais fielmente possível, às emissões escritas ou orais de outro locutor. Ela funciona como um testemunho do dizer (quando se refere às declarações de alguém sobre determinado assunto), da experiência (quando se refere às declarações de alguém que vivenciou algo), do saber (quando relata uma proposta científica ou emana de uma pessoa que representa autoridade) ou uma fonte de verdade.

A acumulação consiste basicamente em se utilizarem vários argumentos que em cadeia irão servir a uma mesma prova. Tal procedimento pode se dar por meio de uma simples *acumulação*, de uma *gradação* ou de uma *falsa tautologia* (pleonasma, redundância).

O questionamento argumentativo pode ter diversas visadas, tais como, *incitação a fazer, proposta de uma escolha, verificação do saber, provocação e denegação*. Todas correspondem a uma espécie de validação hipotética que coloca em questão uma Proposta cuja realização depende diretamente da resposta do interlocutor.

Os procedimentos de composição consistem em distribuir e hierarquizar os elementos dentro de um texto. Sendo assim, eles são repartidos, distribuídos e hierarquizados facilitando “a localização das diferentes articulações do raciocínio (composição linear), ou a compreensão das conclusões da argumentação (composição classificatória)” (CHARAUDEAU, 2010, p. 244).

A composição linear organiza cronologicamente os elementos (começo, transição e fim) e é acompanhada de um vai-e-vem (anunciar e retomar) e uma pontuação de tempos fortes (desperta a atenção do interlocutor e hierarquiza os argumentos). Em contrapartida, a composição classificatória taxonomiza os argumentos, ou seja, apresenta-os de modo resumido (quer seja de forma mais condensada ou utilizando representações figuradas).

4.5 Os Imaginários Sociodiscursivos

Charaudeau (2017) propõe a noção de imaginário sociodiscursivo como

[...] forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. (CHARAUDEAU, 2017, p.8)

Sendo assim, trata-se de uma simbolização do mundo de maneira afetivo-racional e que passa pelas relações coletivas dentro de uma comunidade e visa, não só a formação de valores, mas também a justificação das ações humanas. Em resumo, os imaginários são denominados “discursivos”, pois são sedimentados por meio de discursos que visam “uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos” (CHARAUDEAU, 2017, p.9), sendo sua dimensão variável (imaginário pessoal x imaginário coletivo).

Essa mecânica das relações sociais, por meio dos discursos, acaba por gerar a criação de saberes que organizam os sistemas de pensamentos e criam determinadas teorias, doutrinas ou opiniões. Os saberes são polarizados entre saberes de conhecimento e saberes de crença, apresentando subdivisões. Os de conhecimento estabelecem uma verdade sobre o mundo que existe fora da subjetividade do sujeito, podendo ser, portanto, o saber científico e o saber de experiência.

O saber científico segue determinadas leis científicas, baseando-se principalmente na busca pela objetividade/neutralidade e é pautado em procedimentos de observação, experimentação, cálculo, etc. O saber de experiência, por sua vez, não visa a prova de suas teorias e não apresenta procedimentos específicos, mas pauta-se na vivência do indivíduo em determinada situação.

Em contrapartida, os saberes de crença são expressos através de apreciações, julgamentos e avaliações a respeito da realidade. “O saber, aqui, se encontra no sujeito, procede do sujeito (in-sujeito), e é portador de julgamento” (CHARAUDEAU, 2017, p.12). Sua subdivisão se dá através do saber de revelação e do saber de opinião. Aquele provémde

um lugar de verdade que é exterior ao sujeito, se impondo a ele e exigindo sua adesão, não podendo ser provado como o científico e o de experiência.

O saber de opinião, por sua vez, é construído quando o sujeito toma partido e realiza um julgamento sobre os fatos do mundo. Observamos que, nesse caso, não há um local absoluto no que se refere à significação da realidade, cabendo ao sujeito se posicionar em relação a que opinião irá aderir. Tal fato sugere a formação dos diversos grupos sociais, sempre inseridos dentro de práticas sociais. Em síntese,

É desses tipos de saberes que se alimentam os imaginários, evidentemente, jogando muitas vezes com essas categorias, apagando as pistas, fazendo passar um saber de crença por um saber de conhecimento, um saber de opinião por um saber de revelação, introduzindo um saber de opinião relativa com o papel de um saber de opinião comum, transformando um saber teórico em saber de doutrina (o Marxismo), fazendo crer que um saber de revelação é também fundado em saber científico (as seitas) (CHARAUDEAU, 2017, p.16).

Concluimos, portanto, que os domínios de prática social determinam a construção do conteúdo desses imaginários, atuando como filtros que impõem sobre eles restrições.

4.6 Religião e Política: da relação entre os domínios e discursos religioso, político e organizacional

4.6.1 Religião e Política: algumas considerações

Existem diversos trabalhos que problematizam essa relação sempre estreita entre Religião e Política, principalmente no contexto brasileiro e na América Latina. Dentre eles, ressaltamos o artigo publicado por Oliveira (2011), no qual o autor discorre sobre a relação entre Religião e Participação Política mediante a observação de um pequeno município brasileiro, localizado no Vale do Rio Doce em Minas Gerais.

Nas palavras do autor “uma das principais marcas identitárias do Brasil é o catolicismo. Até fins do século XIX, a Igreja Católica era a única instituição religiosa reconhecida oficialmente.” (OLIVEIRA, 2011, p.1) e ainda hoje, mesmo que tenha ocorrido a ruptura formal entre o Estado Republicano brasileiro e a Igreja Católica, podemos verificar que essa separação ocorreu de maneira parcial. Ou seja, podemos verificar a presença de crucifixos em prédios de órgãos públicos, estátuas que remetem a

santos e santas em praças de uso coletivo da população, capelas em universidades federais, entre outros.

O autor aponta que o próprio processo de colonização brasileiro fez com que, ainda hoje, houvesse uma dificuldade em relação à vivência de uma maior liberdade religiosa e uma efetiva ruptura entre religião e política. Acontece que a Igreja Católica e a coroa portuguesa formaram uma aliança que foi fundamental para a colonização, uma vez que cabia àquela diversos papéis dentro da sociedade, dentre eles: “de registro civil, de escola, de centro de serviço social, de organizadora de festas e reguladora da vida familiar” (OLIVEIRA, 1986, p. 14).

Após esse período, embora a separação entre Estado e Igreja estivesse firmada, ainda assim ela se torna uma espécie de guardiã da ordem social, sendo reconhecida pelo Poder Público que “apoia suas obras beneficentes, escolas e hospitais, acata suas diretrizes sobre a legislação referente à família e aos bons costumes, e introduz o crucifixo nas repartições públicas” (OLIVEIRA, 1992, p. 42).

Casanova (1994 *apud* OLIVEIRA, 2011) mostra que a partir do século XX há uma maior abertura da Igreja Católica, que antes era muito mais hierarquizada e fechada à participação popular em cargos que desempenhassem algum papel de liderança, aos leigos. Essa abertura repercutiu em termos de uma maior presença de uma militância político-partidária dentro da Igreja. Segundo Bourdieu (2005), essa valorização do leigo faz parte das transformações sofridas pela Igreja Católica dada a carência de párocos e a necessidade de se manter presente nos diversos espaços diocesanos, passando a relativizar a separação antes percebida entre os detentores do saber legítimos da Instituição (sacerdotes) e os leigos, que não possuem capital religioso⁵.

Tal fenômeno é nomeado por Oliveira (2011) como “desprivatização” da religião e reflete o importante papel dessa instituição no espaço público. Portanto, é por meio desse processo que os fiéis são impulsionados e estimulados a “exercerem papel de evangelizador

⁵Para Bourdieu (2005), o capital religioso corresponde ao capital simbólico específico do campo religioso, isto é, às regras, crenças, técnicas, conhecimentos, história e hierarquia. Aquele que detém e faz uso desse capital simbólico se mantém no poder, fundamentando sua autoridade.

responsável pelo futuro da sociedade em que vive, dando significado à militância religiosa e política dos mesmos” (OLIVEIRA, 2011, p.9), o que repercutiu no papel da Igreja em questões políticas no Brasil.

Nesse ponto, o autor cita um trabalho de Casanova (1994 *apud* OLIVEIRA, 2011) no qual é destacado o importante papel da CNBB para a emergência de concepções religiosas que acentuaram a urgência de melhorias sociais. Há um movimento que leva a uma convergência entre os campos de ação religioso e político, afinal não basta mais apenas estar dentro da Igreja e orar pelos irmãos menos favorecidos, há a necessidade de agir em prol da sua comunidade, com a finalidade de construir um “bem comum”. A política é vista como um meio de se promover isso e fazer bem aos outros (OLIVEIRA, 2011).

4.6.2 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

A CNBB foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, e perdura até os dias atuais, tendo Brasília como sede desde 1977.

Segundo informações do próprio site⁶, a CNBB é uma

[...] instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no País, na qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo.

Em seu histórico, “a CNBB discute e vota orientações pastorais sobre os diversos assuntos que constituem a vida da comunidade e da sociedade” (COELHO, 2006, p. 11). Essa instituição, em diversos momentos da sua história, se colocou como resistente ao pensamento hegemônico neoliberal, por meio do discurso teológico-pastoral dos bispos católicos organizados na CNBB a partir de contribuições específicas do cristianismo.

⁶Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/quem-somos/VEJA>. Acesso em: 02. fev. 2019.

Vale ressaltar que, em vários documentos oficiais da CNBB, encontramos um discurso de legitimação de uma possível “intromissão” da entidade dos bispos em assuntos seculares, como a economia e a política.

Os problemas sociais, na visão do episcopado católico, têm sua origem numa situação de pecado social e impedem a realização plena das pessoas humanas. Por isto, aos bispos cabe a inalienável tarefa de sugerir critérios éticos que se fundamentem em conceitos cristãos de vida social. (COELHO, 2006, p.43)

Todo esse cenário legitima nossa pesquisa e mostra a relevância das diretrizes pastorais da CNBB, já que os documentos episcopais desempenham um importante papel na ação sócio-política dos cristãos, principalmente se levarmos em conta que os mesmos estão ligados ao método teológico da Teologia da Libertação, corrente teológica cristã que defende que o Evangelho exige uma predileção preferencial pelos pobres, fazendo um diálogo da teologia com as ciências humanas e sociais.

Vemos que a CNBB apresenta um caráter pastoral e evangelizador voltado para questões contemporâneas. Sendo assim, acreditamos que o seu direcionamento com relação aos mais diversos acontecimentos sociais, se analisado, pode servir para trazer à luz o posicionamento católico sobre os mesmos.

O site é um dos vários dispositivos midiáticos utilizados pela Igreja Católica com a finalidade de evangelização e propagação de seus valores e doutrinas. A página conta com uma interlocução com outras plataformas digitais (como o Instagram, Facebook, Twitter e Youtube), na qual há uma republicação do mesmo conteúdo em todas elas.

Para que possamos ter uma noção do alcance e projeção da CNBB enquanto instituição formadora de opinião, questionadora e propulsora de mudança social, pontuamos que seu Twitter conta com 84,6 mil seguidores, o Instagram com 12,2 mil, a página do Facebook apresenta mais de 253 mil curtidas e o Youtube tem mais de 2 mil e 800 inscritos⁷. Tais números são importantes, pois nos mostram como o conteúdo produzido pela instituição como fruto desse discurso organizacional é divulgado pelos mais

⁷Dados coletados em: 17. abr. 2019.

diversos recursos midiáticos, alcançando assim interlocutores das mais diversas formas possíveis.

Iremos abordar, a seguir, algumas características dos discursos religioso e político, que serão importantes para a melhor compreensão do nosso objeto de estudo.

4.6.3 O Discurso Religioso

Com a finalidade de compreender melhor o nosso objeto de estudo, devemos observar algumas características do discurso religioso. Para tanto, nos baseamos principalmente nos trabalhos de Orlandi (1987), Maingueneau (2008) e Melo (2016), visto que refletem sobre as propriedades do discurso religioso em geral, variando apenas no que se refere ao escopo de trabalho. Embora adotem perspectivas teóricas diferentes, os três trabalhos podem ser compatibilizados para compor uma descrição desse tipo de discurso.

Na visão de Orlandi (1996), a principal característica do discurso religioso é a assimetria que se faz presente entre a instância de produção e a instância de recepção, revelando uma hierarquia entre o plano terreno e o plano espiritual. A autora (ORLANDI, 1996, p.243) afirma que, particularmente no discurso católico, há uma visão da instância de produção como aquela “que fala a voz de Deus”, tendendo a apresentar um caráter autoritário e um “desnívelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens)”.

Embora o espaço do locutor pertença a Deus, ele é preenchido de maneira simbólica pelo padre, no caso da Igreja Católica; pelo pastor, no caso das Igrejas Protestantes, e por demais líderes religiosos, no caso de outras denominações religiosas. Esse representante religioso fala em nome de Deus e não possui autonomia para modificar a sua voz, e sua relação com ela “é regulada pelo texto sagrado, pela Igreja, pelas cerimônias” (ORLANDI, 1987, p. 245). Portanto, tanto a Bíblia quanto todo o ritual praticado durante as missas ou cultos têm a finalidade de reforçar a oposição entre o plano espiritual e o plano terreno, além de evidenciar a superioridade daquele em relação a este.

Essa *assimetria* - advinda da hierarquia apontada anteriormente - faz com que haja uma submissão por parte do fiel às regras impostas pela instituição religiosa. Nas palavras da autora “é preciso que os homens, para serem ouvidos por Deus, submetam-se às regras: eles devem ser bons, puros, devem ter mérito, ter fé, etc.” (ORLANDI, 1987, p. 247). Sendo assim, para que aquilo que o fiel busca possa ser ouvido e atendido por Deus, ele precisa se comportar segundo os ideais impostos por Ele e traduzidos pelas instituições religiosas. Sob a luz disso, a religião, por meio de práticas discursivas produzidas pelas Igrejas, exerce sobre o fiel uma grande influência e poder.

Maingueneau (2008) também aborda o discurso religioso, evidenciando a sua presença no mundo contemporâneo, o que ressalta a necessidade de observarmos a influência desse discurso dentro das mais diversas esferas, incluindo a política. Esse tipo de discurso faz parte das relações sociais e age diretamente na vida dos fiéis, sendo extremamente importantes as discussões a seu respeito, embora elas sejam escassas e careçam de um estudo mais sistemático.

Na visão de Melo (2016), o domínio de prática religioso é composto pelas interações e práticas que têm a Igreja como instância responsável pela produção dos discursos e pelo público leigo em geral, instância de recepção. Esses dois “atores” se relacionam através de uma interação não apenas física, mas também simbólica marcada por uma estrutura hierárquica. A autora ressalta ainda que “a religião é uma instância de poder pela sua onipresença e por proporcionar aos fiéis uma compreensão, a partir de preceitos definidos e mediados pelas diversas igrejas, das relações sociais” (MELO, 2016, p.136). Sendo assim, o homem em sua busca pela compreensão do mundo que o circunda e de si mesmo recorre à religião como “filtro” dessa significação.

No que se refere à estruturação do discurso religioso, Melo (2016) afirma que ele muitas vezes se associa a diversos rituais que possuem a finalidade de doutrinar, ou seja, fazer com que o fiel compartilhe determinados pensamentos, crenças e valores simbólicos, levando-o a se comportar de acordo com o que é instituído pela Igreja. Nas palavras da autora, “a palavra no discurso religioso estabelece finalidades que vão do saber-saber (informação) ao saber-crer (persuasão) e, finalmente, ao fazer-fazer (incitação)” (MELO,

2016, p.144). Destaca-se aqui o caráter pragmático desse tipo de discurso, levando o interlocutor a executar determinada ação.

Contudo, para que essa influência seja exercida, é necessário que haja uma identificação entre as instâncias envolvidas, para que por meio dela seja instaurada uma relação de autoridade que marca a submissão do fiel às autoridades religiosas, conforme ressaltamos anteriormente através das palavras de Orlandi (1987). Essa assimetria entre especialistas e fiéis “se origina da relação de poder que se instaura entre as instâncias de produção e de recepção do discurso religioso”. A primeira delas é composta por Deus, pela Igreja e seus representantes e a segunda pelos fiéis, e advém igualmente da autoridade que se atribui aos especialistas religiosos (MELO, 2016, p. 146).

Melo (2016) destaca, ainda, que o discurso religioso, na contemporaneidade, tem recorrido cada vez mais aos meios de comunicação para se aproximar do fiel. A religião utiliza as mídias, especificamente as sociais, devido ao importante papel que elas têm hoje como plataforma de propagação de conteúdo e palco de interações sociais, alcançando de forma mais eficaz o público e funcionando como forma de autopromoção. Tais características fazem com que a midiaticização do discurso religioso seja hoje um fator indispensável para a disseminação da Palavra para além dos muros das instituições religiosas, o que vem alcançando não só os fiéis, mas outros públicos, o que contribui para a manutenção e propagação da fé (GOMES, 2004).

4.6.4 Discurso Religioso e Discurso Político: interseções e divergências

Podemos encontrar reflexões sobre questões políticas e de poder desde a Antiguidade. No que se refere aos estudos em Análise do Discurso, Charaudeau (2017) se apropria de estudos em diversas áreas como psicologia, antropologia, ciências políticas, filosofia, etc., para definir o discurso político como espaço de ação por meio da linguagem, através de uma relação de interdependência entre sujeitos, sendo essa ação possuidora de um ideal de bem comum. Acreditamos ser esse o principal ponto de convergência entre os discursos religioso e político.

Para o autor, existem três instâncias dentro do contrato de comunicação político: a instância política “que é delegada e assume a realização da ação política”; a instância

cidadã “que está na origem da escolha dos representantes do poder” e a instância midiática, que tem o papel de intercambiar as informações entre os diversos sujeitos. (CHARAUDEAU, 2017, p. 18). A primeira delas, por estar constantemente em posição de ameaça através de uma sanção física, institucional ou simbólica, precisa operar dentro de um *espaço de persuasão* nesse discurso com argumentos da razão e da paixão com a finalidade de convencer os sujeitos.

No discurso religioso, o lugar de produção do discurso é ocupado pelos representantes religiosos como mediadores da palavra de Deus e por uma instância fiel, composta pelos seguidores daquela religião. E, no processo de midiaticização, o discurso religioso se aproxima não só do seu fiel, destinatário preferencial, mas de um extrato muito mais amplo da população, com a possibilidade de angariar um número maior de fiéis. No discurso político, existem três papéis sociais envolvidos: um de governança, um de opinião e um de mediação, que estão constantemente dialogando entre si. Segundo Charaudeau (2017), a *instância política* e a *instância adversária* se encontram no lugar da opinião, cabendo a elas alcançar através de seus discursos a legitimidade, a autoridade e a credibilidade. A finalidade é persuadir na *instância cidadã*, que julga as propostas e assume um posicionamento de aceitar ou criticar as ações que lhe são impostas. Já a *instância midiática* possibilita o intercâmbio de informação entre os diversos sujeitos, mediando as relações.

Bourdieu (1989) aborda o discurso político relacionando-o àquilo que ele chama de “sistemas simbólicos”, isto é, sistemas de ideias e representações instituídas que circulam em meio às relações sociais e que são incorporados pelos indivíduos através de suas trajetórias sociais e, a partir disso, os levam a predispor-se a determinadas ações. Esses sistemas simbólicos podem ser produzidos nos mais diversos campos – religioso, político, moral, jurídico, etc. – e nascem através das “lutas simbólicas” nas quais estão envolvidos os protagonistas desses campos específicos.

No caso da esfera política, por exemplo, os protagonistas (partidos, militantes, etc.) participam desses entraves simbólicos com a finalidade de monopolizar e assegurar a produção e difusão dos sistemas simbólicos, dominando, desse modo, o “poder simbólico”. Nesse sentido, ao produzir determinado discurso, o sujeito que pertence a um determinado

partido político busca não só se adequar às necessidades internas do grupo ao qual ele pertence, assumindo assim uma posição ideológica, mas também às necessidades externas, visando conquistar o maior número de eleitores (consumidores desses bens simbólicos). Já no caso da esfera religiosa, a instância de produção não pode ocupar a posição do Locutor, que é preenchida por Deus, há uma relação simbólica na qual o padre, no caso da religião católica, serve como enunciador da palavra sagrada. O discurso serve ao propósito de fazer com que o interlocutor concorde com esse sistema simbólico existente e compartilhe das doutrinas e dos comportamentos pregados pela Igreja.

No campo da Filosofia, Foucault (1996, p.39) problematiza os discursos na sociedade, enquadrando-os dentro de questões como coerção, controle social, poder, entre outros. Para o autor, “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”. Temos, novamente, a instauração de “papéis” sociais dentro da produção do discurso político, porém agora não mais apenas com o objetivo de seduzir e influenciar o interlocutor para que ele compartilhe uma tese, mas como um jogo de poder que visa o controle social.

4.6.5 Argumentação nos Discursos Religioso e Político

Em toda produção discursiva, seja concernente ao discurso político ou não, o sujeito recorre a um mecanismo de antecipação, isto é, busca controlar os possíveis efeitos que a sua fala pode causar em seu interlocutor. Para Orlandi (2012),

Segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor 'ouve' suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (ORLANDI, 2012, p. 39)

Sendo assim, o falante se coloca na posição de seu interlocutor ao produzir o seu discurso, formulando-o segundo a imagem que tem do outro, de si mesmo a partir da perspectiva do outro e de seu próprio discurso. Contudo, nem sempre os sentidos

produzidos no discurso pelo locutor e pelo interlocutor se correspondem, pois são atravessados pelas formações ideológicas de ambos.

Diante desse cenário, Osakabe (1999), ao tratar do discurso político, afirma que ao abordarmos um discurso essencialmente argumentativo, devemos nos preocupar em responder a seguinte pergunta: *O que A pretende de B falando dessa forma?*. Por meio de tal questionamento, tem-se acesso ao ato perlocucionário mobilizado, já que “no caso do discurso, o que conta é não apenas aquilo que o locutor faz ao dizer, mas também o fim a que se destina seu ato de dizer” (OSAKABE, 1999, p. 63). São elencados três tipos de atos perlocucionários: o primeiro expresso pelos verbos *persuadir* e *convencer*; o segundo pelo verbo *impressionar*; e o terceiro pelo verbo *informar*.

Em seu livro, o autor analisa discursos produzidos por Getúlio Vargas, porém não de maneira exaustiva e não tendo as suas recepções como objeto de estudo, mas o ato de fala, já que compreende o discurso político como um ato de fala perlocucionário. Sendo assim

Uma análise das condições gerais de produção de um discurso contém, portanto, dois tipos de informações a serem obtidas: as imagens mútuas sobre as quais o locutor constrói seu discurso e os atos a que se visa com a realização do discurso.(OSAKABE, 1999, p. 67)

Porém, o ouvinte, embora não seja tomado como objeto de análise, não se caracteriza como sujeito passivo. Na verdade, ele interfere ativamente no discurso do locutor, pois durante a produção do mesmo é levado em consideração o quadro de significações na qual o interlocutor se inscreve. Ou seja, para produzir o seu discurso, o locutor projeta as possíveis relações com seu público alvo.

Ainda no âmbito do discurso político, Osakabe destaca a existência de um discurso político adversário, o qual também assedia o ouvinte, levando a inserção desse discurso antagônico na própria produção discursiva do locutor.

O ouvinte tem, na verdade, um papel duplo para o locutor, à medida que ele é não só a instância que o ouve, mas também a instância que ouve o adversário; enquanto instância que ouve, o ouvinte caracteriza-se como parceiro político, o que não justificaria o discurso, mas enquanto aquele que pode ouvir o adversário, ele é, ao mesmo tempo, portador de uma imagem contrária, mas, por não ser o adversário, é um possível aliado. Só isso pode justificar a produção do discurso." (OSAKABE, 1999, p. 91)

Em meio a essa relação entre instâncias adversárias que disputam o voto do ouvinte, relação equiparada por vezes a um jogo de xadrez no qual “é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de ‘jogadas’, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos” (ORLANDI, 2012, p.41), o produtor do discurso, através do mecanismo de antecipação, ajusta o seu discurso mediante a recepção que ele imagina que seu interlocutor terá com a finalidade de obter êxito ao alcançar seus objetivos discursivos.

A discussão acima nos leva a retomar a ideia de que os discursos religioso e político podem manter interseções, fato que caracteriza as formações discursivas⁸ em geral. No entanto, o discurso religioso não visa uma instância adversária, o que pode ser uma característica que vai diferenciá-lo do político e que pode repercutir nas estratégias argumentativas selecionadas.

O quadro descrito anteriormente faz com que nossa análise não se restrinja ao texto, mas parta dele e de suas marcas discursivas para que em conjunto com a exterioridade do discurso e as condições de produção possamos identificar os possíveis imaginários presentes em nosso *corpus*. Buscamos evidenciar, assim, os sentidos imbricados nos artigos analisados e as representações subjacentes. Em resumo, nossa tarefa é analisar como o jogo argumentativo presente nos textos de cunho religioso se aproximou do discurso político que busca argumentar em favor de determinado posicionamento.

4.6.6 O discurso organizacional

Ao falarmos de discurso organizacional normalmente somos levados a pensar na comunicação organizacional que se restringia às empresas, porém o campo de atuação e estudo desse fenômeno tem se estendido de maneira abrangente e contemplado quase todos os tipos de instituição.

⁸ De acordo com Pêcheux (1975) as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma relação de lugares em um aparelho ideológico e inscrito numa relação de classes.

A Comunicação Organizacional enxerga as organizações, sejam elas públicas ou privadas, de maneira mais abrangente, levando em consideração as articulações internas necessárias para lidar com os tensionamentos provocados pelas mudanças políticas, econômicas, culturais e tecnológicas a que são submetidas constantemente.

Baldissera (2009) forma o seu conceito sobre a Comunicação Organizacional compreendendo três dimensões da comunicação. A primeira delas, denominada de *organização comunicada*, refere-se a tudo aquilo que foi planejado pela organização para ser comunicado ao interlocutor, trata-se de uma fala organizada. Por sua vez, a *organização comunicante* é uma dimensão que emerge da relação das pessoas com a instituição, através das informações que são discutidas, comentadas e interpretadas. Finalmente, a dimensão da *organização falada* é toda comunicação que ocorre de maneira informal, ou seja, forma do meio organizacional, fugindo do controle da instituição.

O autor nos mostra que há uma tendência em nossa sociedade de valorização da *organização comunicada*, isto é, daqueles discursos que são planejados e orientados pelas organizações com vista à formalidade e reflexo de um posicionamento oficial. Trata-se de uma preferência por “ações mensuráveis (tradução em número)” (BALDISSERA, 2009, p.118). Porém, não se deve restringir a comunicação apenas a esse nível. Existem outros fatores que são igualmente importantes, como o nível da *organização comunicante*.

Nesse caso, leva-se em consideração qualquer tipo de sujeito que possa ter uma relação com a organização, mesmo que ela não tenha conhecimento disso, fazendo com que o seu discurso se modifique de certa forma. Existente, portanto, a possibilidade de que ocorram “relações comunicacionais que escapam ao planejamento (e controle), inclinadas a assumir mais potência para perturbar a ordem posta” (BALDISSERA, 2009, p.118). Quando a organização toma conhecimento de possíveis opiniões adversas do público, ela tenta neutralizá-las por meio de diversas estratégias, podendo chegar até a promover alterações no nível de *organização comunicante*.

Nosso objeto de estudo, por exemplo, é permeado por ações que exemplificam a situação descrita no parágrafo acima. O discurso organizacional midiático da Igreja tenta a todo o momento neutralizar essas possíveis reações adversas do interlocutor, visando à

associação do indissociável e causando a impressão, muitas vezes, de um posicionamento dúbio.

Finalmente, a *organização falada* não será investigada na presente dissertação, mas se refere a todo tipo de comunicação informal. Para Baldissera (2009), mesmo que tenhamos a tendência de considerar esse processo como menos importante, ele é essencial para demonstrar que todo tipo de relação que se desenvolve por meio de um processo comunicacional, em outras palavras, que envolve sujeitos e uma organização específica, é caracterizado como comunicação organizacional e influencia nas estratégias que são tomadas dentro das instituições.

Na sequência, vamos apresentar a descrição e análise dos dados, pautadas nos modos de organização do discurso e na identificação dos imaginários sóciodiscursivos neles projetados.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo, nos debruçaremos sobre a descrição e a análise do nosso *corpus*. Inicialmente, faremos uma descrição da configuração do gênero situacional observada com base nos pressupostos da Teoria Semiolinguística. Em seguida, apresentaremos uma análise detalhada das estratégias argumentativas utilizadas pelos enunciadores em cada um dos textos. Posteriormente, traremos o conceito de imaginários para realizarmos uma análise interpretativa dos mesmos. Por fim, no capítulo seguinte, como forma de contemplar nossos objetivos, realizaremos uma análise comparativa entre os resultados encontrados.

Vale lembrar que os artigos selecionados foram publicados no site oficial da CNBB com o intuito de orientar os fiéis durante o período eleitoral de 2018, sendo sua visada principal a incitação, a qual descreveremos em detalhes posteriormente. A página existe desde 2017 e suas publicações ocorrem diariamente. Nos textos analisados, são enfocados temas diversos, dentre eles o próprio processo eleitoral, como deve ser o posicionamento daquele que se considera cristão em relação ao momento político, questões sociais e educacionais. Todos os dados coletados correspondem a discursos produzidos no segundo turno das eleições, isto é, no período que vai de 15 a 26 de outubro de 2018.

5.1. Descrição dos Artigos veiculados no site da CNBB

Conforme aludido anteriormente, nosso estudo tem como foco cinco textos retirados do site oficial da CNBB no Brasil. No presente trabalho, a partir de Charaudeau (2004), analisamos a *ancoragem social*, fator que determina a identidade dos sujeitos da enunciação e os papéis que eles representam nela; as *atividades languageiras*, que estão relacionadas aos procedimentos de organização discursiva do texto – enunciativo, descritivo e argumentativo – (CHARAUDEAU, 2010); as *restrições discursivas* e as *restrições das marcas formais*. Com base nisso, chegamos à conclusão de que o conjunto de textos que compõem nosso *corpus* pertence ao gênero situacional *artigo de opinião*, fazendo parte do domínio organizacional religioso, mas perpassando temas que se relacionam tanto ao domínio religioso quanto ao domínio político.

Levando em consideração que os artigos escolhidos foram veiculados na página oficial da CNBB e estão disponíveis na Internet, eles acabam sofrendo algumas modificações com relação àqueles que são produzidos apenas respeitando as diretrizes do domínio religioso. Assim sendo, apresentam restrições concernentes ao gênero situacional em questão, sendo elas: os *aspectos situacionais*, os *aspectos discursivos* e os *aspectos formais*.

Primeiramente, em relação aos *aspectos situacionais*, temos de maneira mais ampla um domínio de comunicação religioso organizacional o que repercute diretamente na construção dos textos, orientando seu conteúdo, e de maneira mais específica um domínio de comunicação midiático, que orienta a sua constituição formal, da qual falaremos no presente tópico. Trata-se de uma mídia específica: uma página de Internet que representa uma organização. Nela, são trazidas sempre temáticas que são discutidas sob o viés religioso através da palavra de algum representante ou de mais de um representante da Igreja, normalmente algum Bispo ou Arcebispo. Esse dispositivo é construído através de uma disposição simples, na qual os textos são divididos em alguns tópicos como: Social, Ministérios, Catequese, Família, Liturgia, Cultura e Educação, Comunicação, Amazônia, entre outros; além de serem sugeridos “artigos semelhantes” ao final de cada texto.

A relação estabelecida com o internauta é pessoal, na maioria das vezes interlocutiva, por meio do uso de questionamentos e de construções que colocam o leitor na posição de participante daquela fé e daquela ideologia prescrita no texto. Percebemos que, por meio do discurso, os enunciadores incitam a participação e identificação dos leitores com o mesmo, embora haja um local específico de fala para que o leitor comente, há uma tentativa de articulação com qualquer público. Como exemplo trazemos a seguinte passagem do artigo “Bispos do Regional Norte 3 apresentam carta de orientações para as eleições”:

“O remédio para esta doença é o Evangelho de Jesus Cristo. Como explicar que quem faz discurso contra a corrupção use da corrupção para se eleger? Como acreditar em tais promessas?”

No que se refere às características visuais, trata-se de uma disposição mais sóbria. Os textos variam quanto ao seu tamanho, mas não ultrapassam uma página e podem

apresentar ou não imagens. Vale ressaltar que essas geralmente cumprem o papel de fazer apenas uma referência ao que está sendo debatido no artigo, tendo função meramente ilustrativa. A seguir, podemos observar como é configurada a página.



Figura 3 - Configuração da página da CNBB

No que se refere à finalidade primeira dessa situação comunicativa, trata-se de apresentar o ponto de vista daquele que enuncia sobre determinado tema, porém, como trata-se de um domínio religioso prioritariamente, que é midiaticado, existe a finalidade de orientação sobre os posicionamentos e as doutrinas da Igreja Católica. Logo, cada líder religioso que toma a palavra em um dos artigos não visa apenas levar informação aos leitores, mas doutriná-los de acordo com o posicionamento da Igreja.

Assim sendo, temos uma associação entre as instâncias religiosa e midiática. Enquanto a primeira visa convencer o seu público de que o posicionamento da Igreja em relação aos assuntos elencados deve ser considerado como o mais correto; a segunda cumpre o papel de divulgação dessas ideias. Para cumprir o papel de conduzir a instância pública, os cidadãos que têm acesso ao conteúdo do site, a aceitar, reconhecer ou legitimar o que está sendo proposto, a instância midiática e a instância religiosa utilizam determinadas visadas, que serão descritas a seguir. Vale lembrar, também, que encontramos

ainda a instância organizacional, configurando essa situação como um complexo jogo discursivo de relações de poder.

De acordo com Charaudeau (2004), as principais visadas discursivas são as seguintes: *prescrição*, *solicitação*, *incitação*, *instrução*, *demonstração* e *informação*. Na primeira delas, o EU encontra-se na posição de mandar fazer, de autoridade e o TU em posição de “dever fazer”. Por sua vez, na visada discursiva de *solicitação*, o EU quer saber, porém se encontra em posição de legitimidade, enquanto o TU se vê na obrigação de “dever responder”. Na *incitação*, o TU “deve acreditar” naquilo que o Eu manda fazer, mas sem autoridade, apenas incitando-o a fazer. Já na *instrução*, o EU se encontra em posição de fazer- saber - fazer então está autorizado a fazer e legitimado a transferir esse conhecimento, estando o TU em posição de “dever saber”. Na *demonstração*, o EU quer estabelecer uma determinada verdade e mostrar suas provas a partir de uma certa posição que atribuiu a ele legitimidade (especialista, cientista, *expert*), e o TU, por sua vez, deve receber e avaliar essa verdade que recebe. Por fim, a visada discursiva de *informação* é utilizada quando o EU está em posição de fazer saber e legitimado para tal; já o TU “deve saber” alguma coisa sobre os fatos.

Pela *visada de informação*, deseja-se transmitir um saber que está relacionado às opiniões e convicções de quem fala, porém essas não são opiniões ou convicções pessoais, mas submetidas à doutrina da Igreja Católica, uma vez que são proferidas por representantes dessa Organização. Dessa forma, visa-se *fazer saber* para que o Tu, ou seja, os interlocutores que lerão o artigo tomem conhecimento do posicionamento da Igreja em relação aos temas elencados. Ao mesmo tempo, os religiosos, sujeitos enunciadorees, estão em posição de *dever saber*, afinal, devem discorrer de acordo com aquilo que a Igreja prega como verdade.

Em contrapartida, é por meio da *visada de captação* que os artigos buscam alcançar não só o público que já é católico, ou seja, os fiéis que possivelmente já têm acesso ao conteúdo, mas o público em geral, visando também à conversão de novos fiéis. Tal fato pode ser constatado através da análise da construção do discurso que muitas vezes caminha, ou para o lado do apelo à fé ou pela argumentação lógica, estando sempre relacionado ao contexto político que diz respeito à sociedade brasileira como um todo.

Pela *visada de incitação*, o Eu, enquanto representante da instituição religiosa, não está em posição de autoridade que o legitime frente ao seu interlocutor que não é religioso, mas tem acesso aos textos. Precisa *fazer acreditar* o Tu, leitores que têm acesso aos artigos, em suas ideias e em seus posicionamentos. Nesse momento, o Tu encontra-se em posição de *dever acreditar* que aquilo que foi expresso é realmente o correto. Porém, foram mais recorrentes no *corpus* analisado situações nas quais o Eu encontrava-se em posição de autoridade e legitimidade, pois presume-se que a maior parte do público leitor seja de fiéis, ou seja, faz parte da comunidade discursiva que compartilha dos mesmos imaginários que o representante da Igreja Católica que produziu o conteúdo. Nesse caso, a visada utilizada é a de *instrução*, por meio da qual os religiosos orientam o comportamento do público, que deve *saber fazer* e aplicar os aconselhamentos na sua prática cidadã e política. Trata-se, portanto, de uma operação organizacional complexa. Presume-se um cenário de extrema polarização entre fiéis ou não fiéis por parte do público leitor, despertando a necessidade de uma grande articulação por parte da Organização religiosa.

Não obstante, em alguns artigos, os religiosos utilizaram *provas* com a finalidade de fazer com que o público acreditasse em suas ideias. Nesses casos, foi utilizada a *visada de demonstração*. Nela, o Eu está em posição de autoridade de saber e *quer estabelecer uma verdade a partir de provas*. Vale salientar que nessa situação de comunicação o sujeito comunicante não está em presença do sujeito interpretante, apesar de construir uma imagem dele (TUd), porém ele não age sozinho, sendo representante da instituição religiosa a que se filia.

Dessa forma, o sujeito comunicante é uma instância compósita, representada pela instância organizacional religiosa (Igreja Católica), a CNBB, que deve dialogar constantemente com todos os sujeitos que compõem a dimensão organizacional. Além disso, a instância midiática é responsável pelas publicações e pela manutenção do site. Nesse sentido, temos não só os porta-vozes midiáticos envolvidos, ou seja, redatores, editores, revisores; mas também os agentes religiosos, gestores dessa organização, que norteiam o discurso e garantem que ele esteja alinhado aos preceitos defendidos pela Igreja.

Vale ressaltar que, embora o Tui (interpretante) não esteja presente fisicamente, ele é projetado na forma de TUd (destinatário) pelo Eue (comunicante) e contribui diretamente

para a formação de sentido no ato comunicativo. Esse Tui (interpretante) é representado pelo público real, isto é, qualquer cidadão que tenha acesso ao site da CNBB ou a algum conteúdo compartilhado do mesmo, podendo esse processo ocorrer a qualquer momento, visto que os artigos não são excluídos após a publicação. Porém, como se trata de uma mídia digital que restringe seus conteúdos ao âmbito religioso, acreditamos que em um primeiro momento o acesso seja mais limitado se comparado a outras fontes de informação.

Tomando como base os *Modos de Organização do Discurso*, no que diz respeito às restrições discursivas, predomina no *corpus* o *Modo Argumentativo*. Acreditamos que, pelo fato de predominar a visada de incitação, com uso de procedimentos argumentativos associados à visada de informação, o gênero situacional utilizado é o artigo de opinião. havendo assim um desenvolvimento argumentativo em defesa de uma tese. Por sua vez, o *Modo Enunciativo* foi representado principalmente por meio da modalidade *elocutiva* e *delocutiva*, sendo que a modalidade *alocutiva* apareceu com menos frequência. A organização discursiva de cada texto será descrita detalhadamente a seguir.

Sobre os *modos de tematização* foi encontrada uma temática geral que permeia todos os artigos e serviu para a seleção do nosso *corpus* que é a temática da escolha do candidato à presidência para o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Porém, em meio a esse tema central, são elencados muitos outros que vão desde o aborto até as questões educacionais. A análise desses temas com base tanto nos imaginários sóciodiscursivos quanto nas propostas de campanha dos partidos, que será realizada nos tópicos que se seguem, nos possibilitará entender o diálogo entre a instância religiosa e a instância política.

Por fim, com relação aos *aspectos formais*, os cinco artigos apresentam basicamente o mesmo formato: um título sucinto seguido da indicação do autor e desenvolvido através de um discurso breve, que em geral não ultrapassa uma página. Optamos por analisá-los de acordo com a data de publicação, seguindo a ordem cronológica de publicação do mais distante da data de votação do segundo turno ao mais próximo da mesma.

No próximo tópico, apresentaremos a análise dos artigos separadamente, em seguida, elencaremos os principais imaginários sóciodiscursivos que os permeiam e,

finalmente, relacionaremos os resultados encontrados aos planos de governo do PSL e PT. Em última instância, apresentaremos nossa análise comparativa.

5.2 Análise do Artigo 1: “Nossa Senhora Aparecida e as Eleições”

O artigo “Nossa Senhora Aparecida e as Eleições”, o qual chamaremos de *artigo 1*, é de autoria de Dom Gil Antônio Moreira (Arcebispo de Juiz Fora - MG) e centra-se em três temas principais:

- i. a devoção à Maria;
- ii. os problemas enfrentados pela população brasileira;
- iii. o aborto.

A devoção à Maria, mais especificamente à Nossa Senhora Aparecida, é talvez o tema mais importante do *artigo 1*, visto que é ele que dá nome ao artigo. Porém, vale ressaltar que esse assunto não é abordado apenas sob o viés religioso, já que não se trata de uma simples devoção, mas de uma devoção que está relacionada ao período eleitoral e à escolha de um candidato por parte dos eleitores no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

A principal proposta defendida é a de que a intercessão de Maria, Mãe e Padroeira para os católicos, deve ser requisitada para, segundo o artigo, “não errarmos em nossas escolhas para Presidente e para a governança dos Estados”. Analisaremos o artigo tendo em vista sua organização argumentativa. Porém, pelo fato de a organização enunciativa comandar as demais, sua descrição precederá a análise do modo argumentativo.

Sendo assim, vejamos, a princípio, a organização enunciativa. Na fala mencionada e durante todo o texto, há a prevalência da *modalidade alocutiva*, marcada pelo uso da 1ª pessoa do plural, o que ameniza o caráter doutrinário da enunciação à medida que coloca os enunciadores como compartilhadores dessa fé e dessa necessidade de auxílio apresentada ao longo do artigo. Podemos verificar o uso dessa modalidade na seguinte passagem: “*Mas não podemos perder a esperança. Confiamos na intercessão de nossa Mãe e Padroeira que pedirá, ao Pai e ao Filho, que nos enviem o Espírito Santo para não errarmos em nossas escolhas para Presidente e para a governança dos Estados*”.

Contudo, podemos perceber o uso da *modalidade delocutiva* em vários trechos. A seguir trazemos um cuja temática central é o aborto:

Quanto ao aborto, questão importante inclusive para os cristãos, o Papa Francisco fez catequese, quarta-feira, dia 10 de outubro, quando afirmou: “Interromper uma gravidez é o mesmo que eliminar alguém. É justo eliminar uma vida humana para resolver um problema? [...] É justo contratar um matador de aluguel para resolver um problema? Não, isso não é justo”. Em junho passado, o Papa Francisco havia comentado com severidade, comparando o aborto feito em caso de malformação do feto, como programa de “eugenia da era nazista”.

Partindo agora para a análise da organização argumentativa, vamos descrever os modos de raciocínio e os procedimentos semânticos e discursivos. No exemplo, verificamos que através do procedimento discursivo de *citação* os enunciadores apresentam como testemunho de verdade um saber que emana de um dos mais altos representantes de autoridade da Igreja Católica, o Papa Francisco. Tal estratégia é utilizada com a finalidade de classificar o aborto como um ato hediondo dentro da fé católica, hierarquizando esse tema através de uma composição linear de *tempo forte* em “questão importante inclusive para os cristãos”.

Nota-se que tal discussão não se restringe, na perspectiva dos enunciadores, como única e exclusivamente de interesse dos católicos, mas se caracteriza como um problema de ordem pública e quando comparado ao procedimento de *comparação por semelhança* à eugenia da era nazista. Portanto, há também a *definição de um comportamento*, no caso o aborto, bem como de seus praticantes. Ao associar o aborto ao que era praticado durante o período nazista, se qualifica tal prática como negativa e aqueles que a praticam como pessoas de índole ruim.

Nesse mesmo exemplo, vemos que implicitamente há uma *consequência implicativa* que se revela no seguinte raciocínio: *se eu me considero cristão devo ser contra o aborto, já que se trata de uma prática tão mal vista dentro da minha fé*. Há nesse ponto uma segregação entre os que são considerados fiéis e os não fiéis, pois a Igreja desde sempre apresenta um posicionamento radical em relação a determinadas pautas, sendo o aborto sendo uma delas.

O artigo se inicia a partir da fala *generalizada* de que “A maioria dos brasileiros confia na intercessão de Maria, a Mãe do Senhor”. Soma-se a esse exemplo a *citação* da passagem da Bíblia (Jo. 2, 5) na qual, por meio da intercessão de Maria, é realizado o primeiro milagre de Jesus Cristo, no seguinte trecho:

Nesta hora tão difícil para o Brasil, quem crê nessa verdade não deixará de invocar sua proteção, suplicando que ampare a família, a vida, a dignidade humana, a paz social, a democracia, o direito de escolher seu voto e dialogar sobre assuntos de interesse à nação.

Inferimos, a partir do uso do modo de raciocínio *dedução pragmática*, no exemplo 5, um escopo de *particularização*, ou seja, se o interlocutor se percebe parte desse grupo, conseqüentemente, deve se colocar sob a proteção de Nossa Senhora durante o período eleitoral e durante a escolha de seu voto. A partir dessa interpretação, vemos que as proposições apresentadas durante o artigo se colocam dentro de um escopo de *valor de verdade* pertencente aos valores estabelecidos pela Igreja Católica, que devem ser buscados não apenas na vivência individual do cristão, mas nas suas práticas políticas e sociais.

Ocorre, na sequência, a *definição* daqueles que são para os autores, enquanto representantes da Igreja, os problemas mais graves que devem ser colocados “debaixo do manto de Nossa Senhora e Rainha”. Por *simples acumulação*, em resumo temos: (a) as crianças para que não sejam maculadas com ideologias agressivas à moralidade e à ciência; (b) os 14 milhões de desempregados gerados pelo sistema vigente no País; (c) a falta de segurança diante do crescimento assustador de crimes e suicídios; (d) a violência; (e) as questões trabalhistas; (f) a posse ou não de armas para a legítima defesa; (g) a reforma do sistema carcerário que hoje não consegue restaurar a vida dos apenados; (h) a tentativa de legalização do aborto; (i) a socialização das drogas; (j) a corrupção política; (k) as questões ecológicas; (l) o saneamento básico; (m) a educação distorcida para crianças entregues ao Estado em tempo integral, com mínimo de participação dos pais.

Nota-se que a maioria dos itens são apenas pontuados e podem ser considerados como pautas que se encaixariam em um posicionamento mais à direita. Alguns são brevemente desenvolvidos (*a, b, c, g, e m*) e o item sobre a legalização do aborto é colocado como de suma importância e descrito com maiores detalhes na sequência. À medida que são elencadas pautas importantes que devem ser levadas em consideração pelo fiel na hora

de escolher seu candidato, percebemos que existem normas dentro da Igreja que precisam ser respeitadas por aquele que se considera católico, não só dentro das suas práticas sociais, mas em seu posicionamento político. Há, portanto, uma sugestão de comportamento, o que corresponde ao *domínio do ético*, afinal, escolher um candidato que se coloque contrário a essas pautas citadas anteriormente é ir de encontro a posicionamentos que ferem a fé católica.

Na sequência, podemos encontrar o uso da *modalidade elocutiva* disfarçada de *delocutiva*, objetiva-se com isso criar um efeito de objetividade. Por meio do uso da 1ª pessoa do plural, os enunciadores se colocam na posição de meros pecadores que precisam apelar para ajuda de Nossa Senhora na hora de escolher o candidato à presidência, com a finalidade de fazer a escolha mais assertiva. Trata-se de um processo de *identificação* com o seu interlocutor. Vejamos no excerto abaixo:

Mas não podemos perder a esperança. Confiamos na intercessão de nossa Mãe e Padroeira que pedirá, ao Pai e ao Filho, que nos enviem o Espírito Santo para não errarmos em nossas escolhas para Presidente e para a governança dos Estados.

Nesse exemplo, vemos que implicitamente o Presidente é descrito como aquele que é capaz de exercer ou não a nível nacional o desejo e as verdades defendidas pela Igreja. Portanto, o cristão deve fazer boas escolhas no âmbito político para que sua esperança de uma sociedade que respeite os ideais católicos possa ser restabelecida. Trata-se de um domínio de avaliação que permeia tanto o *Ético*, que define em termos de bem e mal os comportamentos humanos, quanto o *Pragmático*, que instaura a necessidade de um voto consciente a partir do posicionamento pautado na fé.

O *eixo do necessário* pode ser encontrado no seguinte exemplo: “Um dos candidatos terá que perder, mas todos os brasileiros têm que ganhar”. Por meio dessa passagem, o autor evidencia a importância e a necessidade de se fazer uma escolha que alie fé e política durante a votação. Dessa maneira, fica claro o posicionamento da Igreja como detentora do conhecimento do que é melhor, não só para os cristãos, mas para a população brasileira como um todo. Em outros termos, esse tipo de posicionamento instaura a ideia de que o homem sozinho não é capaz de fazer uma escolha tão perfeita quanto aquela que pode ser feita pautando-se no que a Igreja Católica afirma.

A partir da verificação do que foi exposto, percebemos que o sujeito falante *toma posição* em relação ao tema se colocando a favor da necessidade de se fazer uma escolha de candidato à presidência com base nos preceitos católicos. Sendo assim, há uma explicitação ao longo do artigo da *opinião* do enunciador sobre o tema do aborto e, mais superficialmente, sobre outros temas encarados como problemas sociais que podem ser resolvidos em função da escolha de um Presidente que apresente propostas condizentes com a fé cristã.

Durante a encenação argumentativa, percebemos um *engajamento e uma argumentação polêmica*, principalmente no procedimento de *comparação* estabelecido a partir da *citação* da fala do Papa sobre o aborto. Sendo assim, fica claro o posicionamento da Instituição, mas este não fica restrito aos muros da Igreja, estendendo-se como aquele que melhor atende aos interesses gerais da nação.

Em relação ao *processo de composição*, há uma predominância de *tempos forte*, por meio dos quais ocorre a hierarquização dos argumentos, o que contribui para ressaltar a importância da atenção do fiel na hora da votação. Encontramos também exemplos de *Vai e Vem* dentro do texto que são expressos principalmente pela intercalação de temas políticos e religiosos. Desse modo, há uma alternância entre aqueles temas que são apresentados como concernentes à Igreja, mas que refletem no âmbito social e aqueles que são estritamente religiosos, como a devoção à Virgem Maria.

5.2.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 1

Nosso primeiro artigo se inicia por meio de uma avaliação a respeito dos fatos do mundo, na qual o sujeito enunciador toma partido e se engaja sobre a situação que vivenciava o Brasil durante o processo eleitoral de 2018. Através do *saber de crença de opinião comum* expresso na seguinte frase: “Nesta hora tão difícil para o Brasil”, o enunciador apresenta a sua visão do período em questão como problemático na esperança de que a mesma seja partilhada pelos interlocutores, embora alguns possam não encarar tal situação de forma semelhante.

Dentre os problemas que podem ser encarados como causadores dessa possível crise nacional, alguns são elencados. Porém, através mais uma vez do *saber de crença de*

opinião, o aborto é apresentado como o fator mais preocupante. Sobre esse ponto vale ressaltar que, embora tal enunciação seja apresentada como pertencente ao domínio da *opinião comum*, ela é na verdade *de opinião coletiva*, pois grande parte das pessoas que se posicionam veementemente contra o aborto pertence ao grupo de cristãos. O mesmo assunto pode ser encarado como uma questão de saúde pública para aqueles cuja opinião não se enquadra dentro do mesmo valor identitário. Vejamos o trecho que exemplifica o aludido: “Quanto ao aborto, questão importante inclusive para os cristãos...”.

Para corroborar ainda mais o imaginário do aborto como um ato hediondo é dada luz aos textos sagrados, configurando-se assim a utilização de um *saber de crença de revelação*: “Em junho passado, o Papa Francisco havia comentado com severidade, comparando o aborto feito em caso de malformação do feto, como programa de ‘eugenia da era nazista’”. Ao fazer alusão ao discurso do Papa, recusa-se a crítica frente o argumento, afinal, para se negar essa verdade revelada é necessário que se negue os textos sagrados de referência que servem de base para a sua formulação.

Nota-se que esse tipo de recurso é muito importante, visto que estamos diante de um texto escrito para um público cristão e que foi publicado na página oficial da CNBB. Portanto, novamente o *saber de revelação* é evocado, porém dessa vez em conjunto com o de *opinião coletiva*: “[...] quem crê nessa verdade não deixará de invocar sua proteção, suplicando que ampare a família, a vida, a dignidade humana, a paz social, a democracia, o direito de escolher seu voto e de dialogar sobre assuntos de interesse à nação.”

Aquele que se identifica como pertencente ao “grupo católico” tem o dever de evocar a intercessão e a proteção de Maria no momento de escolha dos candidatos, havendo a necessidade de uma adesão total do sujeito. Em outras palavras, os valores cristãos devem ser expressos também no âmbito da política, já não se trata mais de um “eu”, mas de um “nós-verdadeiro” que interioriza os saberes e deseja compartilhá-los.

5.3 Análise do Artigo 2: “Bispos do Regional Norte 3 apresentam carta de orientações para as eleições”

No presente artigo, os bispos Dom Pedro Guimarães, Dom Giovane de Melo e Dom Philip Dickmans, todos de Tocantins, por meio de uma carta, orientam os fiéis sobre a

votação no segundo turno das eleições. Segundo eles, após cobrança e exigência por parte de inúmeras pessoas. De acordo com os autores do artigo, publicado no dia 23 de outubro de 2018, trata-se de uma obrigação que devem cumprir dada sua missão como representantes da Igreja Católica.

Assim sendo, os cinco principais temas abordados são os seguintes:

- i. o papel das redes sociais nas eleições de 2018 e a presença das *Fakenews*;
- ii. a quebra dos ordenamentos democráticos;
- iii. voto reativo;
- iv. o viés ideológico na escolha dos candidatos;
- v. a luta contra a corrupção.

Em um primeiro olhar, ao analisarmos a organização enunciativa, percebemos que há a predominância de um comportamento *delocutivo*, no qual o sujeito falante se apaga durante o ato de enunciação e faz com que *o propósito se imponha por si só*. No entanto, trata-se de um *elocutivo* travestido de *delocutivo*, pois apesar da aparente objetividade na descrição dos fatos há um forte posicionamento. O seguinte trecho serve de exemplo para que se observe tal fato:

Na *fakenews* nasce o pecado original da comunidade. Elas são estratégias inteligentes, produzidas pelos pais das mentiras (produtores das *fakenews*) com seduções traiçoeiras e perigosas e argumentos falsos e atraentes.

A delocução propriamente dita acontece quando é feita alusão às falas do Papa Francisco. Trata-se, nesse caso, de um *discurso relatado* que cumpre o propósito de reafirmar a tese que está sendo defendida pelos autores. Vale ressaltar, igualmente, que, em alguns trechos, há a presença de indagações que se interpõem como um comportamento *alocutivo*, que visa incitar a reflexão por parte dos leitores; à guisa de exemplificação, temos:

Como percebe o *ciberbullying* nessas eleições? Quem está fazendo hoje o papel de serpente venenosa? Você leva em conta e consegue decodificar as notícias falsas das verdadeiras?

Por sua vez, o comportamento *elocutivo* fica mais evidente no final do texto quando os sujeitos falantes enunciam seu ponto de vista sobre o desenrolar do processo eleitoral:

“Às vésperas do segundo turno destas eleições, lamentamos, com angústia, o rumo que o Brasil está tomando. Que não percamos a esperança.”. Fica claro que se trata de uma *avaliação* negativa com relação ao que foi proposto, interpretação que vai ganhar mais sentido a partir de nossa investigação da organização argumentativa que será apresentada a seguir.

Passando agora para a organização argumentativa, através do procedimento discursivo de *definição de um comportamento*, há a descrição da missão dos Bispos como “ser sal da terra, luz do mundo, fermento na massa e bom perfume de Cristo”, sendo que tal processo é utilizado como justificativa para o pronunciamento dos religiosos sobre o processo eleitoral em curso.

Ademais, através da *comparação subjetiva*, as *fakenews* são tidas como “táticas da cobra”, isto é, é feita uma referência à narrativa bíblica em que Eva é tentada pelo réptil e sucumbe aos seus artifícios, levando a humanidade a ser expulsa do Jardim do Éden. Ao realizarem esse procedimento, os autores fazem com que se chegue à conclusão de que quem se apropria das *fakenews* como forma de promoção é um indivíduo maligno, assim como as pessoas/situações que essas notícias falsas promovem são ruins.

Nesse mesmo contexto, é utilizada a *citação de um dizer* quando se afirma que “Segundo o Papa Francisco são as ‘táticas da cobra’ que levam à ditadura” e que “são assim que as ditaduras começam, adulterando a comunicação, para colocá-la nas mãos de uma pessoa sem escrúpulos, de um governo sem escrúpulos”. Tal passagem, proferida por um representante da mais alta hierarquia católica, não apenas embasa o argumento do perigo das *fakenews* como serve para a orientação dos fiéis no que se refere a votar ou não em candidatos que se apropriam dessas práticas para se eleger.

Ainda por meio da *descrição narrativa* é narrada a história de Nabot, com a finalidade de exemplificar como os escândalos podem ser utilizados como uma prática de promoção e aniquilação da concorrência no processo eleitoral. Nesse momento do texto, é feita uma comparação por meio da *associação* da atitude cometida por ambos os candidatos de se apropriar de notícias escandalosas para prejudicar a campanha adversária: “um lado

se diz que o Brasil vai voltar à ditadura militar; do outro lado se diz que vai se tornar uma Venezuela.”.

Tal relato cumpre o propósito de realizar uma comparação que se dá por semelhança e ocorre de maneira explícita ao se aludir no final:

Comunicar escândalos é algo de sedução enorme. As boas notícias não são tão sedutoras quanto as más notícias. Hoje seduzimos com escândalos, disparados e replicados. Com isto a democracia corre riscos.

Além disso, o *questionamento* é utilizado muitas vezes para dialogar com o interlocutor, especialmente após alguma argumentação. “É impressão nossa ou é a verdade?” A nosso ver, aparentemente, os autores não objetivavam a real opinião dos interlocutores, mas uma validação do raciocínio que foi desenvolvido por eles.

Há também, em determinado momento do artigo, a *definição* do que deveria ser o comportamento de um candidato, porém tal definição é feita através de uma negação. Vejamos a seguinte passagem: “Achamos que doutrina não é a primeira missão de um candidato a presidente da República”. Embora admitam que, como representantes da Igreja Católica, sejam “os primeiros a defender a doutrina”, no que se refere estritamente ao processo de campanha eleitoral, eles se posicionam contrariamente ao conteúdo ideológico das campanhas.

Sob a luz desse ponto, ao final da definição desse comportamento, há ainda uma maior elucidação do tipo de proposta ideológica que está sendo criticada, quando os autores utilizam o *questionamento* mais uma vez como procedimento de encenação argumentativa:

Dado a laicidade do Estado, a função primeira do governo é priorizar as questões doutrinárias em detrimento das questões sociais? Que Deus é defendido nos palanques desta campanha política? O Deus das eleições é realmente o Deus cristão?

Nota-se, portanto, que é feita uma crítica principalmente ao uso de falas ou posicionamentos de ordem religiosa por parte dos políticos. É interesse percebermos que, para a CNBB, a política pode ser pauta do discurso religioso, porém o contrário não se aplica.

Mais adiante, ainda, o processo de *comparação objetiva por dessemelhança* coloca em oposição dois comportamentos: o voto reativo e negativo e o voto proativo e propositivo. O voto é *definido* como “expressão máxima da cidadania”, porém utilizando o *domínio do hedônico*, os bispos afirmam que atualmente esse processo tem sido marcado pelo sentimento negativo do ódio, caracterizando-o como um reflexo de dois movimentos “anti” o “anti-partido” e o “anti-candidato”, numa clara alusão aos movimentos “anti-PT” e “anti-Bolsonaro”, que marcaram todo o último processo eleitoral.

Em seguida, ao utilizar o procedimento *de acumulação* juntamente com a *citação de um dizer* do Papa Francisco sobre a relação entre Caim e Abel que, por sua vez, se baseia na narrativa bíblica, contribui-se para a tese de que a causa desse voto reacionário é o ódio que é incitado pela sede de poder entre os candidatos, sendo essa também a raiz das notícias falsas. Ao final dessa temática, é utilizado o seguinte questionamento por *denegação*: “Vale a pena votar mais pelo ódio do que por consciência e por divergências políticas?”, ao mesmo tempo em que é feita a pergunta é proposto o argumento que foi negado ao se desenvolver a enunciação anterior.

Por último, a corrupção é ainda retratada por meio da *comparação subjetiva* nas seguintes passagens: “Corrupção é crime e é pecado” e “a corrupção é um terreno pantanoso. É como pântanos que te sugam, em que pisa e quer sair, e dá um passo e entra mais ainda. É a destruição da pessoa humana. Pecadores, sim, corruptos, não.”. Podemos observar, por meio da última frase, que ela é vista não como um simples pecado, mas como algo mais grave do que isso, uma situação na qual, ao se adentrar torna-se difícil encontrar a saída.

Note-se que aqui há uma definição complexa, que se compõe, primeiro, de uma estrutura nominal em que se recorre não apenas ao domínio religioso (corrupção é pecado), mas também ao jurídico (corrupção é crime). De acordo com as normas desses dois domínios, a corrupção, objetivamente, é qualificada dessa forma. No âmbito jurídico, como saber de conhecimento (crime) e no domínio religioso, como saber de revelação (pecado). Depois dessa definição, seguem-se comparações subjetivas, que associam a corrupção a algo que rebaixa o homem (física e moralmente).

O *questionamento por provocação* “Como explicar que quem faz discurso contra a corrupção use da corrupção para se eleger? Como acreditar em tais promessas?” tem a finalidade de, indo de encontro à argumentação anterior, colocar o questionado, no caso o leitor do artigo, em causa. Em outras palavras, fazer com que ele reflita sobre a sua decisão de voto e, conseqüentemente, tenha uma reação favorável ao posicionamento defendido pela Igreja através do discurso da CNBB. Tal fato é confirmado quando se alega que o “remédio para esta doença é o Evangelho de Jesus Cristo.”, que é proclamado pelos representantes da instituição católica.

Não se admite uma neutralidade de posicionamento por parte daqueles que se dizem praticantes da religião cristã, pois esse comportamento vai de encontro ao *domínio do ético*, mais especificamente ao valor de *responsabilidade*, afinal, se manter neutro é o mesmo que ter um “posicionamento pelo mais forte, pelo poder e pelo *status quo*”.

A *acumulação* de argumentos encerra-se por meio da seguinte passagem: “Finalmente, esperamos que estas cinco gotinhas de colírio sejam suficientes para **clarear** os olhos e as mentes e **desarmar** as mãos e os corações.”. Os termos grifados merecem atenção, pois a escolha das palavras “clarear” e “desarmar” pertence aos *domínios da verdade* e do *ético*, respectivamente.

O primeiro termo da acumulação pertence ao domínio do saber e nos aponta um princípio de explicação dos fenômenos do mundo que é encarado como único, ou seja, no momento em que o enunciador visa “clarear” uma situação, supõe-se que anteriormente ela era obscura, ou era encarada de um modo equivocado através de uma visão deturpada. Por sua vez, o segundo termo destacado define o comportamento de acordo com uma moral externa ao sujeito, os eleitores apresentavam um comportamento tido como violento e, em nome desse princípio humanístico que pauta os preceitos católicos, devem modificar suas atitudes, ação que é representada pela metáfora de “desarmar as mãos e os corações”. Ambos nos mostram como, embora seja dada uma relativa ilusão de livre escolha do cidadão no processo de decisão do voto, existem alguns pontos que devem ser levados em consideração sob a luz dos ensinamentos cristãos.

5.3.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 2

O segundo artigo se inicia com uma espécie de desconstrução do imaginário do representante da Igreja como alguém que tem o papel apenas de presidir as missas e orientar os fiéis em assuntos relacionados à moral e à fé. O trecho apresentado a seguir representa bem o ponto apresentado:

Não é do nosso feitio pedir votos para ninguém. Não somos donos do voto de ninguém. Temos apenas os nossos votos. Mas, como missão é ser sal da terra, luz do mundo, fermento na massa e bom perfume de Cristo, pareceu bem ao Espírito Santo e a nós, oferecer, a quem precisar, cinco gotinhas de colírios para ajudar no discernimento do voto.

Desta forma, através de um *saber de crença de revelação*, pautando-se em designações dogmáticas atribuídas aos Bispos por meio da Igreja Católica, eles reivindicam a legitimidade de sua posição enquanto orientadores da população, mesmo que estejamos nos referindo a uma questão de ordem política, já que tais discursos refletirão nos cidadãos de forma geral e serão empecilho ou auxílio à promoção do bem comum.

Na sequência, são discutidos os imaginários em torno da própria eleição. Quatro pontos principais são elencados nesse momento: as *fakenews*, a corrupção, a polaridade e a quebra de ordenamentos democráticos.

Primeiramente, o voto, ponto chave do processo eleitoral, é definido a partir de um *saber de conhecimento de experiência* como “a expressão máxima da cidadania”. Sendo assim, ressalta-se a importância do exercício desse direito que é reforçado por meio de um *saber de crença de opinião comum*. Afirma-se que “No campo político, a neutralidade é o posicionamento pelo mais forte, pelo poder e pelo status quo.”.

No entanto, apesar desse necessário posicionamento, o imaginário construído foi de que na época das eleições o voto era reativo, isto é, evidenciava um posicionamento de oposição à determinada ideologia. Vejamos a seguinte frase retirada do *corpus*: “A impressão que temos é que muitos estão votando mais pelo ódio dos dois ‘antis’: ‘anti-partido’ x ‘anti-candidato’”. Tal saber de *crença de opinião comum* mostra como os Bispos, enquanto representantes da Igreja Católica, enxergam como estava acontecendo o

posicionamento político dos eleitores, fato que dialoga com o imaginário coletivo que estava em voga e que ainda apresenta resquícios até os dias atuais.

Esse imaginário de um processo eleitoral polarizado é alimentado também pela aparente ideia de se estar combatendo a corrupção ao se escolher um candidato ou outro. Por meio de um saber de *crença de opinião relativa*, a corrupção é descrita como um crime e um pecado que denigre a pessoa, expresso em enunciados do tipo: “Corrupção é crime e é pecado” e “a corrupção é um terreno pantanoso. É como pântanos que te sugam, em que pisa e quer sair, e dá um passo e entra mais ainda. É a destruição da pessoa humana. Pecadores, sim, corruptos, não.”. Não há como negar que tal prática é crime, porém o seu enquadramento como pecado ou não depende das convicções religiosas do leitor.

Outro saber que alimenta o imaginário no tocante às eleições é o *saber de crença de revelação* ao se abordar o papel que as redes sociais desempenharam, mais especificamente na ampla divulgação das *fakenews*. Indo ao encontro da visão das mesmas como negativas, nos é relatado que o “O Papa Francisco, na sua sabedoria, as chama de “táticas da cobra” e que delas “nascem o pecado original da comunidade”. Sendo assim, a partir desse imaginário, as *fakenews* são coisas diabólicas, que levam ao pecado. Elas são vistas como objeto de sedução que é utilizado por pessoas mal intencionados com a finalidade de provocar determinada adesão na pessoa que as lê.

Porém, essas notícias falsas também são permeadas pelo imaginário da ditadura como uma ameaça à democracia e à dignidade humana. No texto, tais práticas são vistas como o princípio da quebra dos ordenamentos democráticos, a partir de um *saber de conhecimento de experiência*, temos que: “são assim que as ditaduras começam, adulterando a comunicação, para colocá-la nas mãos de uma pessoa sem escrúpulos, de um governo sem escrúpulos.”. Portanto, esse imaginário contribui para a classificação negativa tanto desse regime autoritário, como das pessoas que o sustentam, descritas como sem escrúpulos. Vale salientar que tal posicionamento entra em conflito direto com o imaginário do mesmo período defendido pelo candidato do PSL, que se refere à ditadura como regime militar.

Ademais, o *saber de crença de revelação* contribui para a criação de um imaginário da polarização no período eleitoral como nocivo e fomentador de práticas violentas: “O Papa Francisco afirma que o ódio é uma forma de assassinato”. Diversas passagens da Bíblia são citadas para ratificar essa visão de que o período eleitoral como um todo foi marcado por um clima de hostilidade, dentre elas: a) a tentação de Adão e Eva, como exemplo da primeira notícia falsa (fazendo alusão às *fakenews*); b) O episódio envolvendo Nabot, para demonstrar os malefícios da propagação de notícias escandalosas e falsas; e c) A história de Caim e Abel, evidenciando os prejuízos causados pela sede de poder.

Por fim, outro imaginário é construído através da enunciação: o imaginário dos políticos como doutrinadores. Ao fazerem uso de um saber de conhecimento de experiência na seguinte passagem: “Palanque não é altar e nem altar é palanque”, os enunciadores criticam o viés ideológico que, segundo eles, dominou os discursos políticos no ano de 2018. Mesmo aqueles que perpassavam temas religiosos foram encarados como negativos, de acordo com a *crença de opinião*: “Achamos que doutrina não é a primeira missão e um candidato a presidente da República.”.

5.4 Análise do Artigo 3: “CNBB divulga nota sobre o segundo turno das eleições 2018”

O artigo de número 3 foi publicado no dia 24 de outubro de 2018 e teve como autores o Arcebispo Dom Murilo Krieger, e os bispos Dom Guilherme Werlang e Dom Leonardo Steiner, do Distrito Federal. O objetivo central é oferecer uma orientação para os fiéis sobre a votação no segundo turno das eleições, no qual concorriam o candidato Fernando Haddad, do PT, e o candidato Jair Bolsonaro, do PSL. Os principais temas são o clima de violência que se verificou durante todo o processo eleitoral e a visão da eleição como um exercício da democracia.

No que se refere à organização enunciativa notamos que, diferente de como ocorreu nos artigos anteriores, há um comportamento *alocutivo* na maior parte do texto, por meio do qual os enunciadores implicam os leitores e lhes sugerem um comportamento durante a votação no segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Verifica-se tal posição na seguinte passagem:

Exortamos que se deponham armas de ódio e de vingança que têm gerado um clima de violência, estimulado por notícias falsas, discursos e posturas radicais, que colocam em risco as bases democráticas da sociedade brasileira.

Trata-se de uma categoria modal de *sugestão*, na qual os locutores sabem que seu interlocutor encontra-se em uma situação desfavorável, no caso a crise vivenciada pela sociedade brasileira, e atribuem a si mesmos o estatuto de saber, que é confirmado pela experiência e pela autoridade que lhes é garantida pela Igreja. Vale ressaltar, também, que embora o TUi tenha a liberdade de utilizar ou não esse conselho que lhe foi apresentado para melhorar a sua situação, ele se vê impelido mais fortemente a adotá-los e compartilhar a doutrina católica.

Ao mesmo tempo, há a utilização da modalidade *decolutiva*, porém como uma forma de incitação que permanece mascarada, como podemos observar a seguir:

Eleições são ocasiões de exercício da democracia que requer dos candidatos propostas e projetos que apontem para a construção de uma sociedade em que reinem a justiça e a paz social. Cabe à população julgar na liberdade de sua consciência, o projeto que melhor responda aos princípios do bem comum, da dignidade humana, do combate à sonegação e à corrupção, do respeito às instituições do Estado democrático de direito e da observância da Constituição Federal.

Embora aparentemente os locutores estejam apenas constatando uma evidência de como o mundo e as relações sociais se impõem a eles, há um encorajamento de uma atitude de apreciação dos projetos dos candidatos, que devem atender a princípios de manutenção dos direitos individuais e do Estado democrático.

Os procedimentos de encenação argumentativa vêm ao encontro desses fatos e cumprem o propósito de provar a validade da argumentação. O principal procedimento semântico utilizado pertence ao *domínio do Ético*, pois afirma que:

[...] as eleições são ocasião de exercício da **democracia** que requer dos candidatos propostas e projetos que apontem para a construção de uma sociedade em que reinem a **justiça** e a **paz social**.

Conforme podemos notar, ao evidenciar valores como os destacados no trecho acima, os produtores do discurso ressaltam a importância de ser consciente e de se ter responsabilidade social ao escolher um candidato. É interessante ressaltar que normalmente

tal domínio se faz presente em discursos de cunho político, embora a questão do bem comum seja pauta recorrente do discurso religioso.

Por meio do procedimento discursivo de *definição*, o comportamento dos Bispos é caracterizado pelo enunciador do artigo como uma “missão de pastores e profetas” e uma doação de serviço à Igreja “em favor de uma sociedade democrática, justa e fraterna” que são realizadas “não por ideologia, mas por exigência do Evangelho que nos manda amar e servir a todos”. Isso nos apresenta uma justificativa para o direcionamento político que permeia todos os artigos e legitima a posição dos Bispos para o realizarem. Além disso, o último excerto serve ao propósito de evidenciar que tais apontamentos são meramente para fins de uma busca por uma sociedade igualitária e justa, baseada nos preceitos cristãos.

Por sua vez, o cidadão é descrito como tendo a responsabilidade de exercer a democracia e

[...] julgar, na liberdade de sua consciência, o projeto que melhor responda aos princípios do bem comum, da dignidade da pessoa humana, do combate à sonegação e à corrupção, do respeito às instituições do Estado democrático de direito e da observância da Constituição Federal.

Trata-se de uma liberdade que é permeada por esse ideal de bem comum que é reiterado durante todo o artigo. Mediante o procedimento discursivo de *acumulação* e o procedimento de *composição linear* são elencados os elementos que devem ser evitados para que se garanta uma sociedade igualitária e digna nos moldes cristãos: “Toda atitude que incita à divisão, à discriminação, à intolerância e à violência deve ser superada”, ao mesmo tempo em que são sugeridas as atitudes que devem ser seguidas: “Revistamo-nos, portanto, do amor e da reconciliação, e trilhemos o caminho da paz!”.

Verificamos, portanto, que, apesar de pequeno, o artigo tem um caráter de alusão muito mais direta do posicionamento da Igreja e, conseqüentemente, apresenta uma argumentação que caminha para a definição de comportamentos que devem ou não ser adotados por parte dos eleitores e que podem ou não ser aceitos no que se refere aos candidatos.

5.4.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 3

O primeiro imaginário que fica evidente no artigo 3 dialoga com aquele apresentado no anterior, do representante da Igreja como “guia” nos mais diversos assuntos que possam ter algum cunho social envolvido, inclusive a política e da Igreja como guardiã do bem comum. Temos, igualmente, um *saber de crença de revelação* para sustentar tal posicionamento, afinal, é o evangelho que exige que esses sujeitos se comportem dessa maneira:

Na missão de pastores e profetas, nós, bispos católicos, ao assumirmos posicionamentos pastorais em questões sociais, econômicas e políticas, o fazemos, não por ideologia, mas por exigência do Evangelho que nos manda amar e servir a todos, preferencialmente aos pobres.

No que diz respeito às eleições é instaurada a ideia de que de certa forma o bem comum está sendo ameaçado, o que serve de justificativa para as atitudes e o posicionamento da Igreja Católica. Nas seguintes passagens, verificamos essa necessidade por meio da *crença de opinião relativa*, através da qual há uma clara crítica à situação atual: “Exortamos a que se deponham armas de ódio e de vingança que têm gerado um clima de violência” e “Toda atitude que incita à divisão, à discriminação, à intolerância e à violência, deve ser superada. Revistamo-nos, portanto, do amor e da reconciliação, e trilhemos o caminho da paz!”. Em resumo, verificamos a criação de um imaginário em que a violência e o ódio devem ser combatidos.

5.5 Análise do Artigo 4: “Eleições 2018: Dom João Justino reflete sobre o futuro da Educação no país”

Como o próprio título já nos adianta, o artigo de número 4 aborda os possíveis reflexos que o resultado da eleição pode ter sobre o futuro da educação no Brasil. Para tanto, é dada voz ao arcebispo coadjutor de Montes Claros (MG) e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom João Justino de Medeiros Silva. Embora o tema central seja a educação, são abordados os seguintes pontos específicos:

- i. privatização do ensino superior;
- ii. cotas;

- iii. valorização dos professores;
- iv. escola sem partido.

Em primeiro plano, embora possamos acreditar que por se tratar de apenas um enunciador, diferente de como aconteceu nos artigos anteriores, a enunciação apresentaria um caráter muito mais *alocutivo*. Ela se manteve em sua maioria desvinculada do locutor, através de uma modalidade *delocutiva*. As asserções e configurações foram, predominantemente, de *evidência* ou de *constatação* como se pode perceber nesse fragmento: “Só faria sentido falar-se em ‘meritocracia’ numa sociedade ideal, onde todos partissem do mesmo ponto, com as mesmas condições. E é bastante claro que isso não acontece em nosso país.”.

Porém, durante a discussão sobre a Escola sem Partido⁹, Dom João de Medeiros Silva utiliza a modalidade elocutiva e expressa claramente seu ponto de vista sobre a questão. Por exemplo, no extrato: “Concordo e defendo que nenhuma escola deva estar a serviço de ideologias partidárias. No entanto, a tese de total neutralidade é no mínimo ingênua e desconhece os processos do conhecimento”, ele contribui para a validação negativa da verdade desse propósito.

Ao nos voltarmos para o modo de organização argumentativo, percebemos que o texto já se inicia pelo procedimento da encenação argumentativa de *composição linear*, ao se propor a discussão dos “pontos importantes das propostas” dos candidatos, ou seja, é estabelecida uma hierarquia de relevância dos temas relacionados à educação.

No que diz respeito à privatização do ensino superior, sobrepõem-se os domínios de avaliação do *ético* e do *hedônico*. Aquele é utilizado principalmente quando é abordado o assunto da justiça social que permeia as medidas relativas ao acesso ao ensino superior, como ocorre na seguinte oração: “Iniciativas como as cotas também são instrumentos válidos para garantir a justiça social no acesso ao ensino superior.”. Já o hedônico aparece

⁹ O Programa Escola sem Partido é um movimento criado em 2004 pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, com o objetivo de combater a doutrinação política e ideológica em sala de aula.

quando se pontua a necessidade de garantir a “qualidade e a integralidade” do ensino público.

O procedimento discursivo de *citação* vem ao encontro dos anteriores para dar voz à Constituição de 1988 e aos seus artigos 208 (V) e 206 (IV), mostrando os direitos e os deveres relativos ao cidadão e ao Estado, respectivamente, no que tange à educação no Brasil. Através do modo de raciocínio de *explicação*, o autor apresenta as principais preocupações relativas a essa questão, ou seja, aquelas relativas à política neoliberal proposta pelo então candidato Jair Bolsonaro: “Preocupa-nos que o ensino superior seja tratado cada vez mais seguindo a lógica da competitividade do mercado de trabalho, desmerecendo o seu caráter humanístico e crítico-reflexivo”.

No que lhe diz respeito, o tema das cotas, por intermédio de uma *composição linear*, é *abordado* ao se utilizar conectivos como: “Do ponto de vista do indivíduo”, “Já do ponto de vista da sociedade”, “Por fim”. São adicionados argumentos que se somam para a defesa do ponto de vista do autor, que é evidenciado na seguinte passagem: “[...] não se pode, de forma alguma **retroceder** numa política que representa uma importante forma de inclusão social.”. Ou seja, retirar as cotas é caracterizado como retrocesso. Por se tratar de um artigo que foi publicado no dia 26 de outubro de 2018, em pleno processo de segundo turno eleitoral, direcionado ao público cristão, mais especificamente católico, é válido ressaltar que definir um ponto específico, no caso as cotas, como retrocesso, em uma situação na qual um dos candidatos é a favor de tal medida e o outro contra, pode ser considerado um claro posicionamento político e partidário.

Finalmente, conforme mencionado no início do texto, o tratamento dado ao tema da escola sem partido foi o que mais evidenciou, explicitamente, o engajamento do comunicante. No que se refere à organização argumentativa, especialmente no que diz respeito ao tratamento da temática da valorização dos professores, predomina uma *composição linear por etapas* e uma *acumulação* de argumentos que levam a uma conclusão. Trazemos a seguir algumas passagens que servem de exemplificação para tal afirmação: “**Outro aspecto** a ser considerado é a oferta de mais autonomia para gerir recursos de pesquisa [...]”, “A valorização dos professores **também** passa pela escuta das associações e sindicatos de professores das públicas e privadas [...]”.

Cumpra salientar, também, que tais argumentos são da ordem do necessário, pois para que seja efetiva a melhoria da educação no Brasil, os pontos elencados devem ser atendidos nas campanhas eleitorais dos candidatos. Se um dos postulantes à presidência apresenta uma proposta de campanha contrária a essas indicações, tal fato deve ser levado em consideração pelos interlocutores na hora da votação.

5.5.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 4

O quarto artigo se inicia por meio da criação de um imaginário de educação como possibilitadora de uma mudança social, pautado em *saberes de conhecimento de experiência*: “Do ponto de vista do indivíduo, a educação pode proporcionar a possibilidade de uma vida um pouco mais digna, através do trabalho qualificado.”. Ela é vista não como responsável pela formação crítica e pessoal do indivíduo, mas como uma ferramenta de capacitação para o mercado de trabalho. Ademais, após ressaltar a sua importância, o autor, Dom João Justino de Medeiros Silva, discute sobre os principais pontos presentes no plano político dos candidatos que se relacionam ao tema educação.

Sendo assim, somam-se aos saberes referidos anteriormente outros, porém dessa vez *de conhecimento científico*, como os seguintes: “‘A educação é direito do cidadão e dever do Estado’ preconiza a Constituição Cidadã de 1988.”; “É uma política pública, justamente porque é um direito social.”. Por meio da citação de diversas passagens da constituição, como o artigo 208 e o artigo 206, o autor instaura uma visão da inclusão educacional como necessária e obrigatória, já que não é um privilégio dos cidadãos, mas um dever do Estado.

Verificamos, portanto, que, nesse caso, a verdade é tida como instaurada no exterior do homem, através das leis e fora da subjetividade particular. Diferente do que acontece quando é discutida a asserção sobre as cotas. Ao se falar dessa medida governamental, é feito o uso de *saberes de crença*, embora tenha sido construída toda uma argumentação precedente. A título de exemplo, temos: “Reforçamos a defesa da universalização do ensino público com qualidade e integralidade, ou seja, nos seus aspectos de graduação, pesquisa e extensão.”. As cotas são avaliadas como uma forma de inclusão social, imprescindível enquanto não há uma melhora no ensino de base.

Ainda nesse sentido, em determinada passagem do texto, existem alusões do tipo: “[...] não há dados que indiquem que as cotas teriam diminuído a qualidade do ensino superior.”. Esse tipo de *saber de conhecimento científico* é utilizado para desmistificar o imaginário de que a política de cotas tenha contribuído para diminuir a qualidade do ensino superior ou tenha prejudicado a entrada de outros estudantes no mesmo. A forma como esse argumento foi construído torna esse ponto de vista indiscutível, já que se trata de uma verdade objetiva, comprovada.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar o imaginário que é desenvolvido por meio do discurso sobre a escola sem partido, vista como inaplicável. A mesma é avaliada de forma negativa, através de um saber de *crença de opinião* retratado da seguinte forma: “Do que pude ler e entender eu considero que o Movimento ‘Escola sem partido’ toma o caminho jurídico-legal com o estabelecimento de uma série de proibições [...], mas não consegue ser propositivo.”. Dom Justino declara que, ainda que interessante do ponto de vista da intenção, não há uma forma de se verdadeiramente alcançar os objetivos propostos por esse tipo de ensino e, além disso, pensar dessa forma é encarado como uma “ingenuidade”.

5.6 Análise do Artigo 5: “Eleições, um passo”

O último artigo que compõe nosso *corpus* foi publicado em 26 de outubro de 2018 e tem como autor Dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo de Belo Horizonte. Nele, o autor apresenta argumentos com a finalidade de levar o interlocutor a compartilhar a visão das eleições como um processo, ou seja, levá-lo a perceber que elas “constituem um importante passo, na tarefa de se percorrer um longo caminho”.

A modalidade *delocutiva* é majoritariamente utilizada na organização enunciativa. Por meio dela, o arcebispo se limita a reconhecer a realidade como ela é: “A sociedade é desafiada a compreender: há um longo caminho a ser construído, exigindo o empenho e a contribuição de cada cidadão.”. Porém, em alguns momentos, ocorre a explicitação da posição que a política atual ocupa no *universo de crenças* do autor: “**Lamentavelmente**, são muitas as deformações do sistema democrático – a corrupção política, a traição de princípios morais e a inaceitável negociação da justiça social”.

Por seu turno, o procedimento discursivo de *definição* determina o que é e o que não é a eleição. Para Dom Walmor, as eleições são: “resultado da vontade dos cidadãos” e “um passo novo”, não um “passe de mágica”, portanto, há uma ênfase tanto para o caráter democrático desse processo quanto para o fato de que se trata de uma medida que não se caracteriza como solução imediata para os problemas dos brasileiros, mas uma possibilidade de gradualmente saná-los.

Logo em seguida, o enunciador utiliza o procedimento de *acumulação simples*:

A participação cidadã, **além de** possibilitar a escolha dos representantes do povo nas eleições, **assegura** aos governados a prerrogativa de acompanhar e direcionar a atuação dos próprios governantes. **Assim**, o sistema democrático oferece mecanismos para que o poder do Estado não seja apropriado por interesses particulares ou objetivos ideológicos.

Esse procedimento discursivo faz com que a soma dos argumentos em favor da participação cidadã sirva de prova para a defesa de um sistema democrático, que atenda aos interesses de todos, pois, de acordo com o locutor, “É ilusória a possibilidade de se conquistar o bem comum fora dos trilhos da democracia, por meio de escolhas unilaterais ou imposições”.

O eixo do *necessário* cumpre o papel de corroborar a argumentação anterior ao promulgar que “A partir das eleições é necessário renovar a compreensão de que uma autêntica democracia requer um Estado regido pelo Direito, sobre a base de uma rica concepção do ser humano, conforme ensina a Doutrina Social da Igreja Católica”. Por meio de tal alusão, observa-se que a ideologia cristã serve como base para a verificação do que é ou não um Estado democrático. Torna-se relevante a citação desse documento, pois se trata de um conjunto de ensinamentos, que constam em dezenove encíclicas, e pronunciamentos papais, que versam sobre a dignidade humana e sobre o bem comum na vida em sociedade, argumentos que são elencados ao longo de todos os artigos para justificar o posicionamento político dos enunciadores.

Posteriormente, é descrito aquele que deve ser o comportamento esperado dos candidatos: “o zelo pelos direitos e pela dignidade humana, a busca do bem comum”. Nesse ponto, é válido ressaltar que há uma valorização de comportamentos da ordem do *ético*. De maneira mais detalhada, por *simples acumulação*, as atitudes esperadas dos eleitos são:

“competência humanística”, “a boa convivência civil, sendo sempre sensíveis às dores do povo”, a não subestimação da “dimensão moral no exercício político”.

Em contrapartida, a *composição linear* de argumentos é ferramenta para se levar a descrição do totalitarismo e esse é apresentado como uma consequência de uma “democracia sem princípios” que, inevitavelmente, converte-se “em totalitarismo, aberto ou dissimulado”. Há, portanto, em um mesmo artigo, a defesa da democracia e a repreensão a toda forma de totalitarismo, velada ou não.

Por último, é ressaltada a “indispensável” colaboração cidadã para a “definição dos rumos do país”, por meio do “voto consciente, com lucidez”. Finaliza-se, pois, através do domínio de *Pragmático*, ressaltando-se a utilidade e a necessidade da ação dos sujeitos para que se possa alcançar os resultados desejados. Sendo assim, o argumento é colocado como a consequência da ação, em outras palavras, a melhora da condição do país só acontecerá mediante a escolha consciente do candidato.

Após essa breve análise dos artigos apresentados nos tópicos precedentes, partiremos agora para a discussão sobre os imaginários sociodiscursivos que permearam a construção discursiva.

5.6.1 Imaginários sociodiscursivos no Artigo 5

O quinto e último artigo desmistifica inicialmente o imaginário das eleições como solução dos problemas, porém ao mesmo tempo as classifica como um importante componente para mudar a péssima situação do Brasil. Os *saberes de crença de opinião e de revelação* se manifestaram nos seguintes exemplos, respectivamente: “Lamentavelmente, são muitas as deformações do sistema democrático – a corrupção política, a traição de princípios morais e a inaceitável negociação da justiça social.” e “As Eleições marcam o início de um novo ciclo, resultado da vontade dos cidadãos.”. Nesse mesmo trecho, há a imagem da democracia como expressão máxima da vontade cidadã.

Para vencer seus muitos desafios, o povo brasileiro necessita buscar respostas alicerçadas em princípios e valores cristãos. O poder emana do povo e esse povo precisa ser guiado por Deus. Esses ideais são promulgados no trecho a seguir, no qual podemos notar

um *saber de crença de revelação*: “A partir das eleições é necessário renovar a compreensão de que uma autêntica democracia requer um Estado regido pelo Direito, sobre a base de uma rica concepção do ser humano, conforme ensina a Doutrina Social da Igreja Católica.”.

Sendo assim, a Igreja Católica tem a missão de orientar e guiar os fiéis no período eleitoral, exercendo a sua função de trazer à luz certos princípios para orientar um voto consciente, pautado nessa exaltação do estado democrático de direito. Conforme aludido no saber de *conhecimento de experiência* que finaliza nossa análise, só assim poderá ser instaurada uma verdadeira democracia: “Uma democracia sem princípios converte-se, facilmente, em totalitarismo, aberto ou dissimulado.”.

6 ANÁLISE COMPARATIVA

Faremos, nesse momento, a análise comparativa dos cinco artigos abordados nessa dissertação. Essa análise se dará por meio de uma investigação das semelhanças e diferenças em relação aos resultados encontrados.

Ao observarmos a organização enunciativa dos artigos, notamos uma predominância das modalidades *elocutiva* e *delocutiva*, sendo que a modalidade *alocutiva* apareceu com menos frequência. Temos, por exemplo, o uso da *modalidade alocutiva*, no primeiro texto, marcada pelo uso da 1ª pessoa do plural, amenizando, assim, o caráter doutrinário da enunciação à medida que coloca os enunciadores como compartilhadores da fé católica e da necessidade de pedir auxílio a Nossa Senhora.

Mas **não podemos** perder a esperança. **Confiamos** na intercessão de nossa Mãe e Padroeira que pedirá, ao Pai e ao Filho, que **nos enviem** o Espírito Santo para **não errarmos** em **nossas** escolhas para Presidente e para a governança dos Estados.

Porém, é no texto 3 que esse comportamento aparece de maneira mais frequente, por meio do qual os enunciadores implicam os leitores e lhes sugerem um comportamento durante a votação no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

Exortamos que se deponham armas de ódio e de vingança que têm gerado um clima de violência, estimulado por notícias falsas, discursos e posturas radicais, que colocam em risco as bases democráticas da sociedade brasileira.

Trata-se de uma categoria modal de *sugestão*, na qual os locutores sabem que seu interlocutor encontra-se em uma situação desfavorável, no caso a crise vivenciada pela sociedade brasileira, e atribuem a si mesmos o estatuto de saber, que é confirmado pela experiência e pela autoridade que lhes é garantida pela Igreja.

É interessante, também, observar como o comportamento *alocutivo* se interpõe em diversos momentos para incitar a reflexão por parte dos leitores; à guisa de exemplificação, temos:

Como percebe o *ciberbullying* nessas eleições? Quem está fazendo hoje o papel de serpente venenosa? Você leva em conta e consegue decodificar as notícias falsas das verdadeiras?

No que se refere ao uso da *modalidade delocutiva*, a encontramos em vários trechos, sobretudo quando os enunciadores buscam se apagar durante o ato de enunciação e fazer com que *o propósito se imponha por si só*. No artigo 5, temos um exemplo disso: o Arcebispo se apropria de tal recurso para reconhecer a realidade como ela é: “A sociedade é desafiada a compreender: há um longo caminho a ser construído, exigindo o empenho e a contribuição de cada cidadão.”.

Outro exemplo de delocução pode ser visto quando, em diversos artigos, é feita alusão às falas do Papa Francisco. Trata-se nesse caso de um *discurso relatado* que visa trazer a voz de uma personalidade de autoridade dentro do catolicismo para sustentar a tese que está sendo defendida. Sendo assim, trata-se de um momento preocupante, que exige uma tomada de posição por parte da população, porém essa tomada de posição não deve se dar de maneira aleatória, mas pautada em ideais cristãos que são aludidos a todo o momento por meio dos artigos escritos pelos Bispos.

Finalmente, podemos encontrar o uso da *modalidade elocutiva* disfarçada de *delocutiva*. Busca-se com isso criar um efeito de objetividade. No primeiro artigo, a 1ª pessoa do plural é utilizada pelos enunciadores com o fito de se colocarem na posição de meros pecadores que precisam apelar pela ajuda de Nossa Senhora na hora de escolher o candidato à presidência, objetivando uma melhor decisão. Trata-se de um processo de *identificação* com o seu interlocutor. Vejamos no excerto abaixo:

Mas não podemos perder a esperança. Confiamos na intercessão de nossa Mãe e Padroeira que pedirá, ao Pai e ao Filho, que nos enviem o Espírito Santo para não errarmos em nossas escolhas para Presidente e para a governança dos Estados.
(Artigo 1)

Por sua vez, o comportamento *elocutivo* fica mais evidente quando os sujeitos falantes enunciam seu ponto de vista sobre o desenrolar do processo eleitoral: “Às vésperas do segundo turno destas eleições, lamentamos, com angústia, o rumo que o Brasil está tomando. Que não percamos a esperança.”. Fica claro que se trata de uma *avaliação* negativa com relação ao que foi proposto.

Igualmente, no artigo 4, que se apresenta com um formato de entrevista, durante a discussão sobre a Escola sem Partido, Dom João de Medeiros Silva utiliza a *modalidade elocutiva* para expressar seu ponto de vista sobre a questão. É o que ocorre, por exemplo,

no extrato: “**Concordo e defendo** que nenhuma escola deva estar a serviço de ideologias partidárias. No entanto, a tese de total neutralidade é no mínimo ingênua e desconhece os processos do conhecimento”. Assim ele contribui para a validação negativa da verdade desse propósito.

Partindo, agora, para a análise das estratégias argumentativas predominantes nos artigos, faremos uma análise contrastiva baseada no desenvolvimento dos temas centrais relativos ao processo eleitoral presidencial de 2018. Mostraremos os modos de raciocínio que serviram para a construção dos argumentos e para o desenvolvimento de um raciocínio que leva o interlocutor ao compartilhamento de uma verdade. Também serão observados os procedimentos semânticos, discursivos e de composição que foram utilizados com a finalidade de persuadi-lo.

Em um primeiro olhar, há uma *consequência implicativa* que se revela no seguinte raciocínio: *se eu me considero cristão devo ser contra o aborto, já que se trata de uma prática tão mal vista dentro da minha fé*. Ou seja, existe um movimento de segregação, no qual os indivíduos são classificados como fiéis e não fiéis, pois a Igreja desde sempre apresenta um posicionamento radical em relação a determinadas pautas, como o aborto, e se comportar contrário a elas é inadmissível para aquele que se considera católico.

Soma-se a isso uma descrição do comportamento dos candidatos. O uso de *fakenews* é comparado de maneira subjetiva às “táticas da cobra”, isto é, é feita uma referência à narrativa bíblica em que Eva é tentada pelo réptil e sucumbe aos seus artifícios, levando a humanidade a ser expulsa do Jardim do Éden. Ao realizarem esse procedimento, os autores fazem com que se chegue à conclusão de que quem se apropria das *fakenews* como forma de promoção é um indivíduo maligno, assim como as pessoas/situações que essas notícias falsas promovem são ruins.

Dando prosseguimento à análise, os procedimentos semânticos como os *Domínios do Ético e os Domínios do Pragmático* são recorrentes nos artigos analisados.

O primeiro deles ocorre no artigo 1, para sugerir o comportamento que deve ser adotado pelo candidato ideal, ao se elencarem as pautas que devem ser criticadas por ele. Há, portanto, uma sugestão de comportamento, o que corresponde ao *domínio do ético*,

afinal escolher um candidato que se coloque contrário a essas pautas citadas anteriormente é ir de encontro aos posicionamentos que ferem a fé católica.

Nessa mesma linha, esse domínio cumpre o propósito de evidenciar valores como democracia, justiça e paz social:

as eleições são ocasião de exercício da **democracia** que requer dos candidatos propostas e projetos que apontem para a construção de uma sociedade em que reinem a **justiça** e a **paz social**. (Artigo 3)

Com isso, os enunciadores ressaltam a importância de serem conscientes e de terem responsabilidade social ao escolher um candidato. Tais argumentos dialogam tanto com a Doutrina Social da Igreja, quanto com os posicionamentos defendidos pela CNBB desde sua criação, como vimos nas discussões anteriores, mostrando assim que os argumentos são, de fato, condizentes com os preceitos cristãos.

Com relação ao domínio do pragmático, em nosso último artigo, pudemos verificar como o ato de votar foi caracterizado como uma “indispensável” colaboração cidadã para a “definição dos rumos do país”, por meio do “voto consciente, com lucidez”, ressaltando-se a utilidade e a necessidade da ação dos sujeitos para que se possam alcançar os resultados desejados. Sendo assim, o argumento é colocado como a consequência da ação. Em outras palavras, a melhora da condição do país só acontecerá mediante a escolha consciente do candidato.

Posteriormente, ao analisarmos o uso dos procedimentos discursivos, constatamos que os mais recorrentes foram: a citação, a comparação e a definição de um comportamento.

Por intermédio do procedimento discursivo de *citação*, os enunciadores apresentam, no artigo 1, como testemunho de verdade, um saber que emana de um dos mais altos representantes de autoridade da Igreja Católica, o Papa Francisco, para corroborar os argumentos apresentados em defesa da caracterização do aborto como um ato terrível. No artigo 2, o religioso é referenciado novamente, porém dessa vez para comprovar que as *fakenews* são “artimanhas deploráveis que conduzem à ditadura”. Soma-se a esse exemplo a *citação* da passagem da Bíblia (Jo. 2, 5) na qual, por meio da intercessão de Maria, é realizado o primeiro milagre de Jesus Cristo, mostrando a necessidade da fé para que sejam

resolvidos os conflitos e problemas enfrentados pelos brasileiros e brasileiras nos últimos tempos.

Além disso, há, no quarto artigo, a citação de algumas passagens da Constituição de 1988 e aos seus artigos 208 (V) e 206 (IV), mostrando os direitos e os deveres relativos ao cidadão e ao Estado, respectivamente, no que tange à educação no Brasil. Os autores fazem uso dessas referências para explicitar a sua preocupação com relação ao tratamento do ensino superior segundo uma lógica de competitividade e de mercado. A CNBB, representada pelos Bispos do Regional Norte 3, acredita que essa atitude acaba “desmerecendo o seu caráter humanístico e crítico-reflexivo”. Nota-se, portanto, um posicionamento claramente contrário à política neoliberal proposta pelo candidato Jair Bolsonaro.

Por seu turno, o procedimento de comparação realiza-se nos dois artigos supracitados, porém de duas maneiras distintas. No primeiro deles, há um movimento de *comparação por semelhança*, no qual o aborto é comparado à eugenia da era nazista. Nesse ponto, achamos interessante destacar que, por extensão de sentido, aqueles que o praticam são vistos pela Igreja Católica como assassinos, mesmo em caso de má formação do feto. Ainda que haja esse posicionamento que se mostra de acordo com os dogmas da Igreja Católica, a questão do aborto é pouco explorada, ficando a cargo apenas do primeiro artigo. Os demais estão muito mais voltados para a perspectiva das eleições como possibilidade de melhoria das condições sociais e humanas. Isso pode ser explicado pelo fato da CNBB, desde a sua criação, considerar que “A Igreja (...) sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política” (COELHO, 2006, p. 45).

Já no segundo artigo, a *comparação subjetiva* que acontece nas seguintes passagens: “Corrupção é crime e é pecado” e “a corrupção é um terreno pantanoso. É como pântanos que te sugam, em que pisa e quer sair, e dá um passo e entra mais ainda. É a destruição da pessoa humana. Pecadores, sim, corruptos, não.”; nos leva a uma reflexão sobre a visão da corrupção como algo não tão simples, como um pecado, uma situação que ao se adentrar torna-se difícil a saída. Essa discussão é muito interessante, visto que um dos discursos que mais foram utilizados durante o processo eleitoral de 2018 foi o de “anticorrupção”,

inclusive sendo tema da campanha eleitoral dos dois candidatos, mais fortemente do candidato Jair Bolsonaro. No entanto, ao abordar esse tema, os Bispos o associaram à divulgação das *fakenews*, pontuando que não basta fazer um discurso contrário à corrupção se você se apropria de informações falsas para se eleger.

Com base nas percepções apresentadas, podemos observar que essas *comparações* e *citações* servem para caracterizar comportamentos e práticas como negativas e embasar tais posicionamentos por meio de vozes legitimadas, respectivamente. Esses procedimentos dialogam com o posterior uso do procedimento discursivo de *definição*.

Assim sendo, foi feita, como mostramos anteriormente, a *definição de um comportamento*, no caso o aborto, bem como de seus praticantes. Porém, associada a ela se deu a *definição* daqueles que são para os autores, enquanto representantes da Igreja, os problemas mais graves que devem ser colocados “debaixo do manto de Nossa Senhora e Rainha”. Essa atitude é tomada com o fito de direcionar a escolha dos candidatos por parte dos eleitores que acompanham a página da CNBB.

Na sequência, no artigo 5, o procedimento discursivo de *definição* determina o que é e o que não é a eleição. Para Dom Walmor, as eleições são: “resultado da vontade dos cidadãos” e “um passo novo”, não um “passe de mágica”, portanto, há uma ênfase tanto para o caráter democrático desse processo quanto para o fato de que se trata de uma medida que não se caracteriza como uma solução imediata para os problemas dos brasileiros, mas uma possibilidade de gradualmente saná-los.

Gostaríamos de pontuar, igualmente, que as *fakenews*, tema recorrente durante o processo eleitoral, são descritas como “estratégias inteligentes, produzidas pelos pais das mentiras (produtores das *fakenews*) com seduções traiçoeiras e perigosas e argumentos falsos e atraentes.”. Para a Igreja, ambos os candidatos se apropriaram dessa prática, muito mal vista, para minar a candidatura do adversário e manchar a imagem do mesmo.

Da mesma maneira, são definidos os comportamentos esperados dos dois atores envolvidos no processo de eleição: os candidatos e os eleitores. Porém, antes de discutir como se deu esses processos, gostaríamos de ressaltar que mais um agente é envolvido nele, os Bispos.

Através do procedimento discursivo de *definição de um comportamento* há a descrição da missão dos Bispos como “ser sal da terra, luz do mundo, fermento na massa e bom perfume de Cristo”. No segundo artigo, o comportamento dos Bispos é caracterizado pelo enunciador do artigo como uma “missão de pastores e profetas” e uma doação de serviço à Igreja “em favor de uma sociedade democrática, justa e fraterna” que é realizada “não por ideologia, mas por exigência do Evangelho que nos manda amar e servir a todos”. Desse modo, justifica-se essa intervenção por parte da Igreja e esse discurso voltado para o direcionamento político.

Há também, em determinado momento do artigo², a *definição* do que deveria ser o comportamento de um candidato, porém tal definição é feita através de uma negação. Vejamos a seguinte passagem: “Achamos que doutrina não é a primeira missão de um candidato a presidente da República”. Embora admitam que, como representantes da Igreja Católica, sejam “os primeiros a defender a doutrina”. No que se refere estritamente ao processo de campanha eleitoral, eles se posicionam contrariamente ao conteúdo ideológico das campanhas.

Por sua vez, o cidadão é descrito como tendo a responsabilidade de exercer a democracia e

julgar, na liberdade de sua consciência, o projeto que melhor responda aos princípios do bem comum, da dignidade da pessoa humana, do combate à sonegação e à corrupção, do respeito às instituições do Estado democrático de direito e da observância da Constituição Federal. (Artigo 3)

Trata-se de uma liberdade que é permeada por esse ideal de bem comum que é reiterado durante todos os artigos.

Por fim, os principais procedimentos de composição verificados foram a composição linear e a acumulação simples. No primeiro artigo, por exemplo, a composição linear de *tempo forte* é utilizada com a finalidade de classificar o aborto como um ato hediondo dentro da fé católica, hierarquizando esse tema como “questão importante inclusive para os cristãos”.

Ao nos voltarmos para o modo de organização argumentativo, percebemos que o texto já se inicia pelo procedimento da encenação argumentativa de *composição linear*, ao

se propor a discussão dos “pontos importantes das propostas” dos candidatos, ou seja, é estabelecida uma hierarquia de relevância dos temas relacionados à educação.

Logo em seguida, o enunciador utiliza o procedimento de *acumulação simples*:

A participação cidadã, além de possibilitar a escolha dos representantes do povo nas eleições, assegura aos governados a prerrogativa de acompanhar e direcionar a atuação dos próprios governantes. Assim, o sistema democrático oferece mecanismos para que o poder do Estado não seja apropriado por interesses particulares ou objetivos ideológicos. (Artigo 4)

Esse procedimento discursivo faz com que a soma dos argumentos em favor da participação cidadã sirva de prova para a defesa de um sistema democrático, que atenda aos interesses de todos, pois, de acordo com o locutor, “É ilusória a possibilidade de se conquistar o bem comum fora dos trilhos da democracia, por meio de escolhas unilaterais ou imposições”.

Mediante o procedimento discursivo de *acumulação* e o procedimento de *composição linear* são elencados os elementos que devem ser evitados para que se garanta uma sociedade igualitária e digna nos moldes cristãos: “Toda atitude que incita à divisão, à discriminação, à intolerância e à violência, deve ser superada”, ao mesmo tempo em que são sugeridas as atitudes que devem ser seguidas: “Revistamo-nos, portanto, do amor e da reconciliação, e trilhemos o caminho da paz!”.

Para Charaudeau (2015), toda essa construção discursiva que visa à persuasão não apresenta sentido se não levarmos em consideração as visões de mundo que se fazem presentes no ato enunciativo. Elas cumprem o papel de classificar, discriminar e julgar os fatos do mundo. Portanto, para proceder com a nossa análise contrativa, devemos observar os sistemas de pensamento que permearam nosso *corpus*, a saber, os saberes de conhecimento e os saberes de crença.

Ao analisarmos os imaginários construídos na fala dos representantes católicos, o que ficou mais evidente, a nosso ver, foram aqueles em torno do processo eleitoral como um todo. Esse período é descrito como crítico e conturbado, no qual há uma polarização de opiniões, encarada de forma negativa. Há uma visão de uma radicalização de posicionamentos extrema que leva a um voto reativo, propiciado muito mais por um

sentimento de ódio do que por uma verdadeira identificação com as propostas dos candidatos. A grande questão em torno desse tipo de atitude é que ela vai de encontro ao imaginário da democracia como expressão máxima da vontade cidadã, afinal, um voto inconsciente leva a eleição de candidatos que propagam notícias falsas para se eleger, atitudes que são consideradas como uma ameaça à democracia e à dignidade humana.

A imagem dos Bispos é construída, nessa linha, através de um *saber de crença de revelação*, no segundo artigo, ao reivindicaram a legitimidade de sua posição enquanto orientadores da população, mesmo que estejamos nos referindo a uma questão de ordem política. Visa-se um voto consciente, baseado nos preceitos cristãos, afinal de contas esse é definido a partir de um *saber de conhecimento de experiência* como “a expressão máxima da cidadania” e não se admite a neutralidade nesse ponto, pois de acordo com *saber de crença de opinião comum*: “No campo político, a neutralidade é o posicionamento pelo mais forte, pelo poder e pelo *status quo*.”.

Os Bispos, que dão voz aos textos da CNBB, apresentam uma *crença de opinião comum* que dialoga com o imaginário coletivo que estava em voga, e que ainda apresenta resquícios até os dias atuais, de que o posicionamento político dos eleitores era demasiadamente reativo. Nas palavras deles: “A impressão que temos é que muitos estão votando mais pelo ódio dos dois ‘antis’: ‘anti-partido’ x ‘anti-candidato’”.

Na visão dos autores, esse tipo de atitude foi fomentado pela propagação de *fakenews*, através das redes sociais, que desempenharam papel contundente nas eleições presidenciais de 2018. Indo de encontro à visão das mesmas como negativas, por meio do *saber de crença de revelação*, nos é relatado que o “O Papa Francisco, na sua sabedoria, as chama de “táticas da cobra” e que delas “nascem o pecado original da comunidade”. Sendo assim, elas são vistas como objeto de sedução que é utilizado por pessoas mal intencionados com a finalidade de provocar determinada adesão na pessoa que as lê.

Sobre esse ponto, é interessante analisarmos também o caráter organizacional da CNBB e os processos de identificação e diferenciação que são realizados ao longo do texto. Conforme salientou Baldissera (2009), essa *organização comunicada*, representada em

nosso trabalho pelos artigos coletados no site, foi a todo o momento tensionada e ressignificada pelas mudanças políticas e sociais durante o processo eleitoral de 2018, dialogando não só com o presente da Instituição Religiosa, mas com seu passado, isso é, com o posicionamento da CNBB durante a Ditadura Militar. Existem, portanto, diversos discursos em torno da CNBB, que a constituem, tornando difícil e trabalhoso o processo de sutura dessa identidade, sem se perder de vista a amálgama da organização.

Outro saber que alimenta o imaginário no tocante às eleições é a aparente ideia de se estar combatendo a corrupção ao se escolher um candidato ou outro. De acordo com os enunciadores, por meio de um saber de *crença de opinião relativa*: “Corrupção é crime e é pecado”. Não há como negar que tal prática é crime, porém o seu enquadramento como pecado ou não depende das convicções religiosas do leitor.

Dando continuidade, é frisada a necessidade de haver mudanças no Brasil como um todo, porém, de acordo com o artigo 5, para vencer seus muitos desafios, o povo brasileiro necessita buscar respostas alicerçadas em princípios e valores cristãos. Esses ideais promulgados no *saber de crença de revelação*: “A partir das eleições é necessário renovar a compreensão de que uma autêntica democracia requer um Estado regido pelo Direito, sobre a base de uma rica concepção do ser humano, conforme ensina a Doutrina Social da Igreja Católica.”. Sendo assim, a Igreja Católica tem a missão de orientar e guiar os fiéis no período eleitoral, exercendo a sua função de trazer à luz certos princípios para orientar um voto consciente, pois, conforme aludido no *saber de conhecimento de experiência*, só assim poderá ser instaurada uma verdadeira democracia: “Uma democracia sem princípios converte-se, facilmente, em totalitarismo, aberto ou dissimulado.”.

Por último, destacamos a interseção entre discurso político e discurso religioso tendo em vista o papel da *instância de recepção*. Enquanto usualmente no discurso religioso ela é representada pela *instância fiel*, isto é, pelos seguidores de uma determinada religião, no presente *corpus*, verificamos que há um extrato muito mais amplo de atuação. A instância fiel assume também o papel de instância cidadã, que no discurso político cumpre a função de escolher os representantes do poder.

Como a CNBB assumiu a intenção de, em seus artigos, persuadir o interlocutor de sua legitimidade e autoridade para atuar como uma espécie de *instância adversária*, afinal, embora sejam pautados em ideais cristãos os posicionamentos, têm um claro direcionamento político. Assim sendo, os representantes religiosos assumem a realização de uma ação política através de uma difusão de sistemas simbólicos específicos representados pelos imaginários construídos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos o período eleitoral presidencial de 2018, podemos notar que ele foi marcado por uma intensa polarização ideológica e, conseqüentemente, foi palco de muitos entraves. Muito dessa questão diz respeito a eventos críticos que causaram momentos de forte instabilidade nos últimos anos como, por exemplo, as delações premiadas, as manifestações de rua em 2013, 2015, 2016 e 2018, os escândalos de corrupção, a operação Lava Jato, entre outros.

Essa divisão teve seu ápice no segundo turno das eleições quando disputavam a presidência os candidatos Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, e Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal. Foi exatamente esse momento o foco da nossa pesquisa, nosso propósito no presente trabalho foi analisar até que ponto haveria um diálogo entre o discurso político e o discurso religioso durante o segundo turno do processo eleitoral presidencial de 2018. Nesse contexto, foi determinante para o resultado das eleições não apenas as campanhas dos candidatos e de seus correligionários pelos meios convencionais (horário político, debates, etc.), mas as manifestações publicadas nas redes sociais vinculadas ao mundo político por cidadãos, celebridades e autoridades religiosas.

No presente trabalho, buscamos investigar cinco artigos publicados na página da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que ofereceram direcionamentos aos fiéis durante esse período. A escolha da CNBB se deve ao fato da relevância das diretrizes pastorais da CNBB, já que os documentos episcopais desempenham um importante papel na ação sócio-política dos cristãos, principalmente se levarmos em conta que essas formas de pastoral estão ligadas ao método teológico da Teologia da Libertação, que prega uma predileção pelos mais pobres.

Nossa grande questão no presente estudo esteve relacionada à maneira como a CNBB produziu a articulação entre os domínios religioso e político em nosso *corpus*, sendo ela uma instituição organizacional. Para isso, em um primeiro momento, descrevemos a organização argumentativa utilizada nos artigos e identificamos as principais teses defendidas no que se refere ao posicionamento político; e, posteriormente,

descrevemos os imaginários sociodiscursivos que permearam os discursos. Por último, realizamos uma análise comparativa dos resultados encontrados em cada um dos artigos.

A metodologia foi basicamente qualitativa e empírico-dedutiva e a nossa principal base teórica para a construção do presente trabalho foi a Análise do Discurso, mais especificamente, a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Porém, utilizamos diversos outros autores para pautar a nossa discussão como, por exemplo, Orlandi (1987), Maingueneau (2008) e Melo (2016) para discutir sobre o discurso religioso; Charaudeau (2017), Bourdieu (1989) e Osakabe (1999) para contextualizar o discurso político e suas interseções e divergências com o discurso religioso; dentre outros autores igualmente relevantes que foram importantes para o desenvolvimento desse trabalho.

Como resultado, percebemos que no que se refere à organização enunciativa dos artigos, notamos uma predominância das modalidades *elocutiva e delocutiva*. A primeira delas, possivelmente ligada ao gênero situacional, artigo de opinião. Ou seja, por meio dessa modalidade, os enunciadores colocam a sua opinião sobre os fatos do mundo que são abordados durante o discurso. No entanto, a *modalidade delocutiva* foi utilizada em diversos momentos, ora para representar o mundo como ele é, dando um caráter de objetividade aos fatos, ora para trazer para o texto o discurso de um terceiro, normalmente uma autoridade dentro da instituição católica.

Sendo assim, há um engajamento por parte dos Bispos na produção dos artigos. O momento vivido pelo país é encarado como preocupante, pois há uma relativa preocupação por parte deles com o possível resultado das eleições e a quebra dos ornamentos democráticos. Tal fato exige uma tomada de posição, porém essa tomada de posição não acontece de maneira aleatória, mas pautada em ideais cristãos como se era de esperar de um texto veiculado no site da CNBB. Sendo assim, percebemos que houve um tensionamento em vista da constituição dessa instituição como produtora de um discurso organizacional, que ao mesmo tempo precisa se abrir ao novo, às mudanças sociais e políticas; e manter-se fiel à identidade católica.

As estratégias argumentativas por meio de seus modos de raciocínio nos mostraram como se deu a construção dos argumentos e o desenvolvimento de um raciocínio que

buscou levar o interlocutor ao compartilhamento de uma verdade. Os procedimentos semânticos, discursivos e de composição foram utilizados com a finalidade de persuadir o interlocutor.

Destacamos, portanto, os pontos que, a nosso ver, foram mais relevantes. Primeiramente, a instauração da realidade vivida no período eleitoral como caótica cumpriu o propósito de evidenciar a necessidade de que a população de maneira geral buscasse auxílio na fé, mais especificamente na doutrina católica. Porém, aos cristãos católicos, os enunciadores reservaram uma asserção mais incisiva, ao evidenciar que se comportar contrário aos dogmas católicos é inadmissível.

São pontuados, nesse sentido, alguns comportamentos que devem ser adotados pelos sujeitos envolvidos. Através do procedimento discursivo de *definição de um comportamento*, a guia de exemplificação, é feita a descrição da missão dos Bispos: possuem “missão de pastores e profetas” e devem se doar “em favor de uma sociedade democrática, justa e fraterna”, “não por ideologia, mas por exigência do Evangelho que nos manda amar e servir a todos”.

Sendo assim, o próprio texto justifica a intervenção por parte da Igreja no processo eleitoral. Ainda que seja negado o direcionamento político, fica claro que há uma predileção por um candidato em detrimento do outro. Porém, esse posicionamento vai ao encontro da Doutrina Social da Igreja e do discurso da CNBB desde sua criação, afinal, essa instituição sempre se colocou como expressão de um cristianismo radicalizado e comprometido com a transformação da sociedade.

Fator que corrobora nossa tese é que são definidos, igualmente, comportamentos que não devem ser adotados pelos candidatos. Os Bispos afirmam que, embora como representantes da Igreja Católica sejam os primeiros a defender a doutrina, no que se refere estritamente ao processo de campanha eleitoral, são contrários à veiculação de um conteúdo ideológico nas campanhas. Mostrando, inclusive, que a mera alusão a Deus é recriminável e questionam se esse Deus utilizado por determinado candidato, no caso o representante do PSL, é verdadeiramente o Deus cristão.

É também ressaltada a importância do processo eleitoral como um todo para a manutenção do ordenamento democrático. Estando a igreja, pelas palavras dos enunciadores, totalmente em oposição a qualquer radicalismo, preconceito, violência ou atitude que possa ferir a dignidade do ser humano. Para que tais comportamentos e atitudes sejam evitadas, conforme aludido no *saber de conhecimento de experiência*, é necessário que seja realizado um voto consciente, pautado em preceitos cristãos. Somente assim, poderá ser alcançada uma verdadeira democracia, afinal: “Uma democracia sem princípios converte-se, facilmente, em totalitarismo, aberto ou dissimulado.”. Regatamos, portanto, o *imaginário* instaurado pela CNBB no *corpus* de uma política voltada para o social.

Por fim, ressaltamos que a presente pesquisa foi muito enriquecedora não só para nós enquanto pesquisadoras, mas para o entendimento das imbricações e das relações, sempre presentes, entre o discurso político e o discurso religioso. Existem poucas pesquisas hoje voltadas para essa discussão, por conseguinte, acreditamos que tenhamos contribuído, ainda que pontualmente, para futuros trabalhos na área. Ressaltamos, novamente, a relevância de se estudar o processo de mediação das práticas sociais e, mais especificamente, das instâncias abordadas nessa dissertação.

Esperamos que nossos apontamentos sejam encarados como realmente o são, não como uma crítica à Igreja Católica, mas como uma investigação da sua tão importante atividade político-social. Sugerimos que, em trabalhos futuros, sejam abordadas as relações entre a política e outros seguimentos religiosos, já que infelizmente o tempo e a dimensão do trabalho não nos possibilitaram essa análise.

Ressaltamos, por fim, a importância da universidade pública no Brasil e sua gratuidade. Bem como do fomento às pesquisas acadêmicas que possibilitam que retornos, como esse mestrado, sejam passíveis de suscitar contribuições para uma sociedade justa, humana e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: _____. (org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 09- 23.

_____. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. (org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 119-136.

BALDISSERA, R. A comunicação no (re)tecer da cultura organizacional. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, Bogotá, Colombia, v. 10, p. 52- 62, 2009.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRAGA, J. L. Mídiação: a complexidade de um novo processo social. [Entrevista cedida a] Graziela Wolfart. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ed. 289, abr. 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2477-jose-luiz-braga>. Acesso em: 18 jun. 2019.

COELHO, A da S. **Ensino social da CNBB: Crítica ao capitalismo neoliberal e ilusão transcendental**. São Bernardo do Campo, SP: 2006

CHARAUDEAU, P. **Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social**. Paris: Nathan, 1997.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I.; MELLO, R. (org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

_____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. "Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux", In: BOYER, H. (dir.), **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**, L'Harmattan, France, Paris, 2007.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. PAULIUKONIS, A. P.; MACHODO, I. L (org.). São Paulo, SP: Contexto, 2008.

_____. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Discurso Político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Le Débat Public, entre controverse et polémique : Enjeu de vérité, enjeu de pouvoir**. France: Lambert-Lucas, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

GOMES, P.G. Processos midiáticos e construção de novas religiosidades: dimensões históricas. **Cadernos IHU**, ano 2, n. 8. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

HJARVARD, S. **The Mediatization of Religion: a theory of the media as agents of religious change**. Northern Lights: Yearbook of Film & Media Studies, 2008.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, SP, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

_____. **The Mediatization of Religion**. Northern Lights 2008. Bristol: Intellect Press. 2008.

LOPES, B. A. G. **Golpe ou impeachment? Uma análise semiolinguística dos discursos da Veja e da Carta Capital sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2018.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005a.

MAINGUENEAU, D. Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa. In: LARA, G.M.P.; MACHADO, I.L ; EMEDIATO, W (org.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 199-218.

MELO, S. S. M. A midiatização do discurso religioso no programa 'Nunca é Tarde'. **Recorte (UninCor)**, Três Corações, Minas Gerais, v. 13, p. 1-22, 2016.

MELO, M.S.S. Pressupostos de uma Teoria Psicossocial do Discurso : a Semiolinguística. In: CATALDI, C; GOMES, M.C. A; MELO M.S. S (ed.). **Gênero Discursivo, Mídia e Identidade**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2007.

MOURA, D. R. **Argumentação e política:** uma análise das construções discursivas de Dilma Rousseff e de Michel Temer em entrevistas ao telejornal SBT Brasil durante o impeachment presidencial de 2016. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2016.

OLIVERIA, P. R. **Religião e dominação de classe:** gênese e função do catolicismo romanizado no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, 1986.

_____. Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos. In: Pierre Sanchis (org.), **Catolicismo:** modernidade e tradição. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Edições Loyola, 1992

_____. **Religião e participação política:** considerações sobre um pequeno município brasileiro. E-cadernos CES 13 [Online], 2011.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Interpretação.** Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

_____. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos.** 7. ed. Campinas: Pontes, 2012.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEREIRA, W. Os imaginários sociodiscursivos na argumentação sobre a homossexualidade na revista *Ultimato*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

PEREIRA, J. C. Religião e poder: Os símbolos do poder sagrado. In: **Revista Eletrônica de Ciências Social**, v. 3, ano 2, 2008.

PEIXOTO, M. C. *et al.* A religião na mídia laica: os cadernos especiais “Ano 2000, busca pela fé” e “Religião”, da Folha de S. Paulo. **E-com**, Belo Horizonte, MG, v.2, n.2, nov. 2008.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, v.7, n.1, jan./jun. 2007, p. 9-21, 2008.

WEBER M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia de Letras, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 – ARTIGO 1: “Nossa Senhora Aparecida e as Eleições”

Nossa Senhora Aparecida e as Eleições

🕒 15/10/2018 📄 Artigo

Dom Gil Antônio Moreira
Arcebispo de Juiz de Fora

A maioria dos brasileiros confia na intercessão de Maria, a Mãe do Senhor. Afinal, foi a Virgem de Nazaré que socorreu a família de Caná da Galileia, quando esteve em apuros. Dirigindo-se a Jesus, sua prece de intercessão foi atendida de imediato. A única recomendação dada por ela foi essa: *“Fazei tudo o que ele vos disser”* (Jo 2, 5). Assim, segundo as Escrituras, se deu o primeiro milagre de Cristo.

Nesta hora tão difícil para o Brasil, quem crê nessa verdade não deixará de invocar sua proteção, suplicando que ampare a família, a vida, a dignidade humana, a paz social, a democracia, o direito de escolher seu voto e de dialogar sobre assuntos de interesse à nação. Debaixo do manto de Nossa Senhora e Rainha, os brasileiros colocam as crianças para que não sejam maculadas com ideologias agressivas à moralidade e à ciência; colocam 14 milhões de desempregados gerados pelo sistema vigente no País; colocam a falta de segurança diante do crescimento assustador de crimes e suicídios, a violência. Também preocupam as questões trabalhistas, a posse ou não de armas para a legítima defesa, a reforma do sistema carcerário que hoje não consegue restaurar a vida dos apenados. Outros pontos preocupantes são a tentativa de legalização do aborto, a socialização das drogas, a corrupção política, as questões ecológicas, o saneamento básico e a educação distorcida para crianças entregues ao Estado em tempo integral, com mínimo de participação dos pais. Muitos outros problemas estão na pauta dos brasileiros.

Quanto ao aborto, questão importante inclusive para os cristãos, o Papa Francisco fez catequese, quarta-feira, dia 10 de outubro, quando afirmou: *“Interromper uma gravidez é o mesmo que eliminar alguém. É justo eliminar uma vida humana para resolver um problema? [...] É justo contratar um matador de aluguel para resolver um problema? Não, isso não é justo”*. Em junho passado, o Papa Francisco havia comentado com severidade, comparando o aborto feito em caso de malformação do feto, como programa de *“eugenia da era nazista”*.

Mas não podemos perder a esperança. Confiamos na intercessão de nossa Mãe e Padroeira que pedirá, ao Pai e ao Filho, que nos enviem o Espírito Santo para não errarmos em nossas escolhas para Presidente e para a governança dos Estados.

Sobre a devoção dos brasileiros a Nossa Senhora Aparecida, o Papa Francisco escreveu aos Bispos reunidos na 36ª Assembleia da Conferência Episcopal Latino Americana, em maio de 2015, afirmando: *“Em Aparecida, encontramos a dinâmica do povo fiel que se confessa pecador e salvo (...), um povo consciente de que suas redes, sua vida, está cheia de uma presença que o anima a não perder a esperança; uma presença que se esconde no cotidiano do lugar e das famílias, nestes silenciosos espaços em que o Espírito Santo continua apontando ao nosso Continente. Tudo isto nos apresenta o formoso ícone que a nós pastores convida a contemplar”*.

O Papa Francisco já havia valorizado a celebração e o amor do povo brasileiro a Nossa Senhora com outros expressivos gestos. Concedeu indulgência plenária, durante o Ano Mariano, aos peregrinos do Santuário Nacional e das Paróquias a ela dedicadas, mandou edificar, nos jardins do Vaticano, monumento à “Padroeira do Brasil”, enviou mensagens, escreveu oração, mandou, em 2017, seu Legado para as celebrações dos trezentos anos do encontro da imagem. Por fim, ofereceu a Rosa de Ouro ao Santuário de Aparecida, prêmio raro e singular que a Santa Sé reserva para ocasiões muito especiais, tendo afirmado anteriormente, que *“Deus ofereceu ao Brasil a sua própria Mãe”*.

Ela nos acompanhe passo a passo nestas eleições. Um dos candidatos terá que perder, mas todos os brasileiros têm que ganhar.

ANEXO 2 – ARTIGO 2: “Bispos do Regional Norte 3 apresentam carta de orientações para as eleições”

Bispos do Regional Norte 3 apresentam carta de orientações para as eleições

🕒 23/10/2018 📍 Norte 3



Atendemos a muitas pessoas nos pedindo, nos provocando e nos cobrando orientações e apoios para as eleições de 28/10/2018. Não é do nosso feitio pedir votos para ninguém. Não somos donos do voto de ninguém. Temos apenas os nossos votos. Mas, como missão é ser sal da terra, luz do mundo, fermento na massa e bom perfume de Cristo, pareceu bem ao Espírito Santo e a nós, oferecer, a quem precisar, cinco gotinhas de colírios para ajudar no discernimento do voto:

Primeira gotinha: Eleições postadas nas redes sociais. Quem não se lembra das antigas eleições, cujos *modus operandi* eram os cartazes, chamados indevidamente de “santinhos”, as visitas domiciliares, as passeatas, os comícios e os showmícios? Hoje estão fora de moda e em desusos, perderam a eficácia e a validade. Em seus lugares, surgiram as plataformas das redes sociais, sobretudo, das *fakenews* (notícias falsas). O papa Francisco, na sua sabedoria, as chama de “*táticas da cobra*”, como as que manipularam Adão e Eva no Jardim do Éden. Tentados a comer o fruto da árvore proibida, se deixaram influenciar pelas informações enganosas. Ali foi formulada a primeira notícia falsa. Ali nasceu o pecado original do indivíduo. Nas *fakenews* nascem o pecado original da comunidade. Elas são estratégias inteligentes, produzidas pelos pais das mentiras (produtores das *fakenews*) com seduções traiçoeiras e perigosas e argumentos falsos e atraentes. Como percebe o *ciberbullyng* nessas eleições? Quem está fazendo hoje o papel de serpente venenosa? Você leva em conta e consegue decodificar as notícias falsas das verdadeiras?

Segunda gotinha: Eleições pelo medo da quebra de ordenamentos democráticos. As redes sociais são hoje o quarto poder. Segundo o papa Francisco são as “*táticas da cobra*” que levam à ditadura: “*são assim que as ditaduras começam, adulterando a comunicação, para colocá-la nas mãos de uma pessoa sem escrúpulos, de um governo sem escrúpulos*”. Sobre isto ele narra a história de Nabot. Ele era dono de um terreno. Não querendo se desfazer, por ser herança de seus pais, sofreu, da parte do rei Acab e de sua esposa, uma campanha de difamação, até à morte. O rei tirou-lhe a posse do terreno e a sua vida através de mentiras. Comunicar escândalos é algo de sedução enorme. As boas notícias não são tão sedutoras quanto as más notícias. Hoje seduzimos com escândalos, disparados e replicados. Com isto a democracia corre risco.

A ditadura comumente adultera a comunicação: um lado se diz que o Brasil vai voltar à ditadura militar; do outro lado se diz que vai se tornar uma Venezuela. Quem está com a verdade? A impressão, no entanto, que temos é que o povo, em geral, não entende, não quer entender ou não admite que a democracia no Brasil corre sérios riscos nestas eleições. É impressão nossa ou é a verdade?

Terceira gotinha: Eleições marcada pelo voto-ódio. Um dos elementos-chave de uma eleição é o voto livre, soberano e secreto. O voto é a expressão máxima da cidadania. A impressão que temos é que muitos estão votando mais pelo ódio dos dois “antis”: “anti-partido” x “anti-candidato”. Se assim for, trata-se de um voto viciado. É mais um voto reativo e negativo do que um voto proativo e propositivo. Voto mais pelo ódio do que pela cidadania e democracia. A antítese criada, “comunismo” x “fascismo”, precisa ser melhor explicada e desfeita. O papa Francisco afirma que o ódio é uma forma de assassino. “Desprezar o irmão é fazer como Caim que, quando Deus lhe perguntou onde estava seu irmão Abel, respondeu: “Por acaso sou guardião do meu irmão”? As notícias falsas têm raízes na sede de poder e podem ter efeitos perigosos. Odiar é o primeiro passo para matar. O ódio não se vence com mais ódio. Se vence com o amor e o perdão. Passar do ódio ao amor não é um passo fácil de ser dado, mas é o que leva à justiça e à paz. Odiar é o primeiro passo e o primeiro tiro para matar. E não matar é o primeiro passo para amar. Vale a pena votar mais pelo ódio do que por consciência e por divergência políticas?

Quarta gotinha: Eleições mais pelos vieses ideológico e doutrinário do que social. Nestas eleições é comum ver e ouvir gente defendendo o seu voto mais por doutrina do que pelo social. Somos os primeiros a defender a doutrina. Esperar que sejamos contra é uma temeridade. Damos, como exemplo, o aborto. Somos totalmente contra o aborto claramente, firmemente e apaixonadamente. Mas defendemos a vida, desde o nascituro até à morte natural. É no mínimo contraditório defender o aborto e não se comprometer com políticas públicas que deem condições às crianças nascerem e viverem com dignidade. Palanque não é altar e nem altar é palanque. Acreditamos que doutrina não é a primeira missão de um candidato a presidente da República. Além do mais, o discurso apologético, que beira a fanatismo, a temas religiosos, mas cheio de ódio, de agressividade e de preconceito é, no mínimo, contraditório, porque está em desacordo com o evangelho de Jesus Cristo. Dado a laicidade do Estado, a função primeira do governo é priorizar as questões doutrinárias em detrimento das questões sociais? Que Deus é defendido nos palanques desta campanha política? O Deus das eleições é realmente o Deus cristão?

Quinta gotinha: Eleições mais pelo levante da bandeira da anti-corrupção. Muito se fala da corrupção nestas eleições. Contra, evidentemente. A corrupção virou protagonista nestas eleições. Mas, quem pode ser a favor da corrupção? Estamos pagando um preço muito alto por adotar a corrupção como arte e como forma de governar. Corrupção é crime e é pecado. O papa Francisco, mais uma vez, usa uma metáfora para falar contra a corrupção: “a corrupção é um terreno pantanoso. É como pântanos que te sugam, em que pisa e quer sair, e dá um passo e entra mais ainda. É a destruição da pessoa humana. Pecadores, sim, corruptos, não”. O remédio para esta doença é o Evangelho de Jesus Cristo. Como explicar que quem faz discurso contra a corrupção use da corrupção para se eleger? Como acreditar em tais promessas?

São basicamente estes os maiores motivos para amar ou odiar, combater ou defender um dos candidatos que disputam o segundo turno destas eleições. No campo político, a neutralidade é o posicionamento pelo mais forte, pelo poder e pelo *status quo*. Às vésperas do segundo turno destas eleições, lamentamos, com angústia, o rumo que o Brasil está tomando. Que não percamos a esperança. Finalmente, esperamos que estas cinco gotinhas de colírio sejam suficientes para clarear os olhos e as mentes e desarmar as mãos e os corações. Orientado pela Igreja e guiado pela consciência cidadã, desejamos a todos felizes eleições!

Dom Pedro Brito Guimarães, Arcebispo de Palmas – TO
Dom Giovane Pereira de Melo, Bispo de Tocantinópolis – TO
Dom Philip E. Roger Dickmans, Bispo de Miraceman do Tocantins – TO

CNBB divulga nota sobre o segundo turno das eleições 2018

🕒 24/10/2018 📁 PALAVRA OFICIAL



Reunidos entre os dias 23 e 24 de outubro na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (DF), os bispos que integram o Conselho Episcopal Pastoral (CONSEP) da entidade emitiram uma Nota sobre o segundo turno das Eleições 2018. No documento, os bispos reforçam que as eleições são ocasião de exercício da democracia que requer dos candidatos propostas e projetos que apontem para a construção de uma sociedade em que reinem a justiça e a paz social. Os bispos exortam a que se deponham as armas de ódio e de vingança que têm gerado um clima de violência, estimulado por notícias falsas, discursos e posturas radicais, que colocam em risco as bases democráticas da sociedade brasileira. Abaixo, a íntegra do documento.

NOTA DA CNBB

Por ocasião do segundo turno das eleições de 2018

Jesus Cristo é a nossa paz! (cf. Ef 2,14)

O Brasil volta às urnas para eleger seu novo presidente e, em alguns Estados e no Distrito Federal, seu governador. Fiel à sua missão evangelizadora, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio de seu Conselho Episcopal Pastoral (Consep), reunido em Brasília-DF, nos dias 23 e 24 de outubro, vem ratificar sua posição e orientações a respeito deste importante momento para o País.

Eleições são ocasião de exercício da democracia que requer dos candidatos propostas e projetos que apontem para a construção de uma sociedade em que reinem a justiça e a paz social. Cabe à população julgar, na liberdade de sua consciência, o projeto que melhor responda aos princípios do bem comum, da dignidade da pessoa humana, do combate à sonegação e à corrupção, do respeito às instituições do Estado democrático de direito e da observância da Constituição Federal.

Na missão de pastores e profetas, nós, bispos católicos, ao assumirmos posicionamentos pastorais em questões sociais, econômicas e políticas, o fazemos, não por ideologia, mas por exigência do Evangelho que nos manda amar e servir a todos, preferencialmente aos pobres. Por isso, “a Igreja reivindica sempre a liberdade, a que tem direito, para pronunciar o seu juízo moral acerca das realidades sociais, sempre que os direitos fundamentais da pessoa, o bem comum ou a salvação humana o exigirem (cf. Gaudium et Spes, 76). Não podemos nos calar quando a vida é ameaçada, os direitos desrespeitados, a justiça corrompida e a violência instaurada” (CNBB – Mensagem ao Povo de Deus – 19 de abril de 2018). Inúmeros são os testemunhos de bispos que, na história do país, se doaram e se doam no serviço da Igreja em favor de uma sociedade democrática, justa e fraterna.

A CNBB reafirma seu compromisso, sobretudo através do diálogo, de colaborar na busca do bem comum com as instituições sociais e aqueles que, respaldados pelo voto popular, forem eleitos para governar o País.

Exortamos a que se deponham armas de ódio e de vingança que têm gerado um clima de violência, estimulado por notícias falsas, discursos e posturas radicais, que colocam em risco as bases democráticas da sociedade brasileira. Toda atitude que incita à divisão, à discriminação, à intolerância e à violência, deve ser superada. Revistamo-nos, portanto, do amor e da reconciliação, e trilhemos o caminho da paz!

Por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, invocamos a bênção de Deus para o povo brasileiro.

Brasília-DF, 24 de outubro de 2018

Dom Murilo S. R. Krieger

Arcebispo de São Salvador
Presidente da CNBB em exercício

Dom Guilherme Antônio Werlang

Bispo de Lajes
Vice-Presidente da CNBB em exercício

Dom Leonardo Ulrich Steiner

Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário-Geral da CNBB

ANEXO 4 – ARTIGO 4: “Eleições 2018: Dom João Justino reflete sobre o futuro da Educação no país”

Eleições 2018: Dom João Justino reflete sobre o futuro da Educação no país

🕒 26/10/2018 📁 Educação



As discussões em torno do item “educação” dos programas de candidatos à Presidência do Brasil trazem à tona algumas questões que necessitam ser amplamente discutidas com a sociedade. Nós conversamos com o arcebispo coadjutor de Montes Claros (MG) e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom João Justino de Medeiros Silva, sobre pontos importantes das propostas.

A hipótese de privatização do ensino superior, através de cobranças de mensalidades dos estudantes ou mesmo da ampliação das IES privadas, inclusive com subvenções governamentais, é um caminho válido para a melhoria da qualidade do ensino e da instituição? Que interesses estão postos com essa decisão?

“A educação é direito do cidadão e dever do Estado” preconiza a Constituição Cidadã de 1988. É uma política pública, justamente porque é um direito social. É verdade que tal declaração se refira preponderantemente sobre o ensino fundamental, como também orienta para um progressivo incentivo para o acesso universal ao ensino médio. Especialmente sobre o ensino superior encontramos o artigo 208, V, onde se repete ser também aqui um “dever do Estado permitir o ingresso das pessoas aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Há também o artigo 206, IV, que prevê a gratuidade do ensino público em instituições oficiais financiadas com recursos públicos, em qualquer nível escolar. Este princípio constitucional quer garantir o acesso de estudantes de classes mais pobres e populares também no ensino superior.

Preocupa-nos que o ensino superior seja tratado cada vez mais segundo lógica da competitividade do mercado de trabalho, desmerecendo o seu caráter humanístico e crítico-reflexivo. E ainda mais, quando se dificulta o acesso dos jovens oriundos dos meios populares à universidade. Reforçamos a defesa da universalização do ensino público com qualidade e integralidade, ou seja, nos seus aspectos de graduação, pesquisa e extensão. Iniciativas como as cotas também são instrumentos válidos para garantir a justiça

social no acesso ao ensino superior.

Muitos defendem e muitos criticam a política de cotas para o acesso à universidade pública. Que considerações o senhor tem a fazer sobre este tema?

Do ponto de vista do indivíduo, a educação pode proporcionar a possibilidade de uma vida um pouco mais digna, através do trabalho qualificado. E, nisso, as cotas fazem parte de um conjunto de medidas que certamente abrem um leque de oportunidades para quem mais precisa. Só faria sentido falar-se em “meritocracia” numa sociedade ideal, onde todos partissem do mesmo ponto, com as mesmas condições; e é bastante claro que isso não acontece em nosso país. E, como houve também um aumento no número de vagas nas universidades, não há como dizer que o sistema teria prejudicado alguém. Já do ponto de vista da sociedade, a educação tem a função de proporcionar o desenvolvimento aliado à justiça social. Para isso é importante uma educação de qualidade – e não há dados que indiquem que as cotas teriam diminuído a qualidade do ensino superior.

Por fim, uma questão importante que se levanta a esse respeito é sobre a importância de se investir na educação pública de base, o que daria automaticamente melhores oportunidades para todos. É a situação ideal, e infelizmente muito pouco foi feito nesse sentido. Mas, enquanto não se chega a esse ideal, não se pode, de forma alguma, retroceder numa política que representa uma importante forma de inclusão social.

Como pode ser pensada a valorização dos professores?

É importante pensar a formação continuada do professor, por meio das Pós-Graduações, atualizações pedagógicas e inserção em atividades de pesquisa. Neste sentido, penso ser importante a valorização da CAPES e das agências de fomento como CNPq e Fape’s. Observa-se que a expansão das IES públicas e privadas foi desacompanhada de política de formação, e muitos dos atuais professores demandam por incentivos de capacitação.

Outro aspecto a ser considerado é a oferta de mais autonomia para gerir recursos de pesquisa, possibilidade de opinar nas políticas educacionais, e estrutura de trabalho. As novas estruturas de EAD (que são ferramentas e não substitutos), por exemplo, precisam ser construídas com critérios pedagógicos e não apenas políticos.

A valorização dos professores também passa pela escuta das associações e sindicatos de professores das públicas e privadas, até porque a educação não pode ser debatida sem seu principal agente.

Como o senhor vê a proposta conhecida como “Escola sem Partido”?

Minha primeira reação é de preocupação. Trata-se de uma proposta que provoca mais polarização que disposição ao diálogo. Concordo e defendo que nenhuma escola deva estar a serviço de ideologias partidárias. No entanto, a tese de total neutralidade é no mínimo ingênua e desconhece os processos do conhecimento. Do que pude ler e entender eu considero que o Movimento “Escola sem partido” toma o caminho jurídico-legal com o estabelecimento de uma série de proibições (com o projeto de uma lei ordinária), mas não consegue ser propositivo. Isto é, como os propositores pensam a relação pedagógica numa sociedade cheia de pluralismos? Como a Escola pode ser promotora do encontro entre as diferenças no respeito à pluralidade de opções?

ANEXO 5 – ARTIGO 5: “Eleições, um passo”

Eleições, um passo

🕒 26/10/2018 📄 Artigo

Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo de Belo Horizonte

As Eleições marcam o início de um novo ciclo, resultado da vontade dos cidadãos. É, nesse sentido, um passo novo, mas não um “passe de mágica”. A sociedade é desafiada a compreender: há um longo caminho a ser construído, exigindo o empenho e a contribuição de cada cidadão. Por isso, não se pode acreditar na solução imediata dos problemas, simplesmente porque determinado candidato venceu o pleito. O dia seguinte às Eleições não é um “conto de fadas”. Para vencer seus muitos desafios, o povo brasileiro necessita buscar respostas alicerçadas em um profundo humanismo, em princípios e valores fundamentais conforme exige o sistema democrático.

É ilusória a possibilidade de se conquistar o bem comum fora dos trilhos da democracia, por meio de escolhas unilaterais ou imposições. A participação cidadã, além de possibilitar a escolha dos representantes do povo nas eleições, assegura aos governados a prerrogativa de acompanhar e direcionar a atuação dos próprios governantes. Assim, o sistema democrático oferece mecanismos para que o poder do Estado não seja apropriado por interesses particulares ou objetivos ideológicos.

A partir das eleições é necessário renovar a compreensão de que uma autêntica democracia requer um Estado regido pelo Direito, sobre a base de uma rica concepção do ser humano, conforme ensina a Doutrina Social da Igreja Católica. Os eleitos, acima de tudo, têm o compromisso de defender a democracia. Essa defesa vai além do mero respeito formal a determinadas regras. É preciso aceitar, com convicção, os valores que inspiram os procedimentos democráticos: o zelo pelos direitos e pela dignidade humana, a busca do bem comum.

Sem o consenso sobre a importância desses valores, a democracia perde a sua estabilidade. Por isso, é perigoso quando os representantes do povo, nos três poderes, navegam no leito do relativismo ético. Esse relativismo leva à manipulação de valores, que passam a ser negociados, em vez de serem compreendidos como critérios objetivos a serem respeitados. Consequentemente, o exercício da representatividade deixa de ser eficaz, pois os poderes tornam-se caminho para alcançar objetivos pouco nobres. Uma democracia sem princípios converte-se, facilmente, em totalitarismo, aberto ou dissimulado.

Para se preservar o regime democrático é preciso agir em conformidade com a lei moral, que é soberana e sustenta o indispensável equilíbrio entre os poderes. Nesse horizonte, espera-se competência humanística daqueles que exercem o poder. Assim se legitima a autoridade perante o povo e se conquista credibilidade. Deve ser compromisso primordial dos eleitos promover a boa convivência civil, sendo sempre sensíveis às dores do povo. Para exercer essa tarefa, não podem subestimar a dimensão moral no exercício do mandato político.

Lamentavelmente, são muitas as deformações do sistema democrático – a corrupção política, a traição de princípios morais e a inaceitável negociação da justiça social. Para corrigir esses descompassos, os partidos políticos devem ser capazes de favorecer a participação cidadã, consolidando o entendimento da responsabilidade de todos pelos rumos da sociedade em um sistema democrático. É exigido qualificado desempenho dos que ocupam cargos nos três poderes, mas também é indispensável a colaboração cidadã de cada pessoa na definição dos rumos do país. A cidadania brasileira está desafiada a conquistar novos modos de agir. A primeira etapa desse desafio é o voto consciente, com lucidez. Esse voto qualificado contempla também o entendimento de que as eleições não têm força mágica, com o poder imediato de tudo mudar, mas constituem um importante passo, na tarefa de se percorrer um longo caminho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
BIBLIOTECA CENTRAL - CÂMPUS VIÇOSA
SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

FICHA CATALOGRÁFICA

Informações da Solicitação

Protocolo: 202002210722075925

Autor: Sissa Souza Luchi

Tipo de Doc.: Dissertação (mestrado)

Curso: Programa de Pós-Graduação em Letras

Data: 21/02/2020

